



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E PRESERVAÇÃO
CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

O SAGRADO COMO LUGAR DE GUARDA:
Perspectivas da conservação-restauração sobre a preservação de objetos
sagrados do candomblé em museus

DANIEL LIMA TEIXEIRA DE MENEZES CHAVES

Rio de Janeiro
2022

Daniel Lima Teixeira de Menezes Chaves

O SAGRADO COMO LUGAR DE GUARDA:
Perspectivas da conservação-restauração sobre a preservação de objetos
sagrados do candomblé em museus

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Conservação e Restauração da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do título de Graduado
em Conservação e Restauração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Corrêa de
Carvalho

Rio de Janeiro
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

L185s Lima Teixeira de Menezes Chaves, Daniel
O SAGRADO COMO LUGAR DE GUARDA: Perspectivas da
conservação-restauração sobre a preservação de objetos
sagrados do candomblé em museus / Daniel Lima
Teixeira de Menezes Chaves. -- Rio de Janeiro, 2022.
91 f.

Orientadora: Ana Paula Corrêa de Carvalho.
Coorientadora: Neuvania Curty Ghetti.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração,
2022.

1. Conservação - Restauração. 2. Patrimônio
Afrodiaspórico. 3. Salvaguarda. I. Corrêa de
Carvalho, Ana Paula, orient. II. Curty Ghetti,
Neuvania, coorient. III. Título.

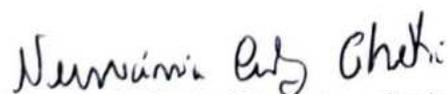
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

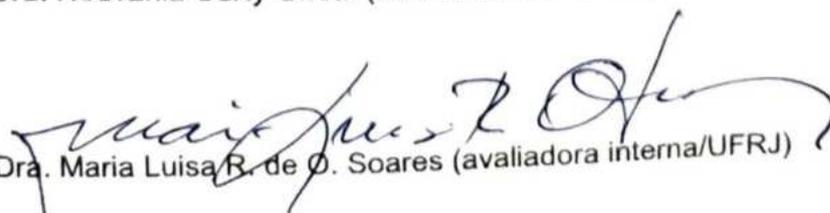
Ata dos Trabalhos da Comissão Examinadora da monografia do estudante **DANIEL LIMA TEIXEIRA DE MENEZES CHAVES** para obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integraram a Comissão os Professores: Profa. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho (orientadora/UFRJ), Profa. Dra. Neuvânia Curty Ghetti (coorientadora /UFRJ), Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares (avaliadora interna/UFRJ), Prof. Dr. Mauro Fainguelernt (Avaliador interno/UFRJ), e Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (Avaliador Externo/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ). Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2022 às 14:00h, na sala F105 da faculdade de Letras da UFRJ, realizou-se a apresentação pública da monografia pelo estudante. A orientadora abriu a sessão agradecendo a participação dos membros da Comissão Examinadora. Em seguida convidou o estudante para que fizesse a exposição do trabalho intitulado: **O SAGRADO COMO LUGAR DE GUARDA: Perspectivas da Conservação-restauração sobre a Preservação de Objetos Sagrados do Candomblé em Museus**. Finalizada a apresentação, cada membro da Comissão Examinadora realizou a arguição do estudante. Dando continuidade aos trabalhos, a orientadora solicitou a todos que se retirassem da sala para que a Comissão Examinadora pudesse deliberar sobre a monografia do estudante. Terminada a deliberação, a orientadora solicitou a presença de todos e leu a ata dos trabalhos declarando **aprovado com grau 10,0 (dez)** a monografia do estudante. A sessão foi encerrada e a presente ata foi lavrada na forma regulamentar, sendo então assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

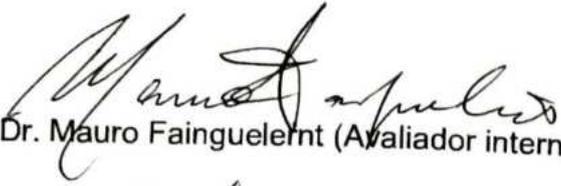
Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA


Profa. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho (orientadora/UFRJ)


Profa. Dra. Neuvânia Curty Ghetti (coorientadora /UFRJ)


Profa. Dra. Maria Luisa R. de O. Soares (avaliadora interna/UFRJ)



Prof. Dr. Mauro Fainguelernt (Avaliador interno/UFRJ)



Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (Avaliador Externo/UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato que desde bem cedo se aprende dentro do terreiro; *adupé*, no dialeto Ioruba, característico da linhagem de terreiro a que pertença, extrapola os limites físicos da comunidade e invade o cotidiano do mundo caótico que vivemos. O terreiro, por muitas e muitas vezes, nos dá essas ‘pequenas’ lições de continuidade e perpetuação; estes ensinamentos em nada diferem daquilo que se busca construir neste trabalho.

Sendo assim acredito ser mandatário reverenciar àquelas e àqueles que bem antes de mim tornaram essa experiência aquilombadora e por muitas vezes vital para a sobrevivência de nós, descendentes do legado africano, no mundo de hoje.

Adupé aos Orixás, por permitirem dividir conosco uma parte ínfima de toda a grandeza da natureza.

Adupé aos ancestrais, fundadores e emissários da missão de perpetuar o verdadeiro tesouro negro no tempo.

Adupé Terreiro por me permitir ser.

Adupé família por serem colo da nossa chegada nesse mundo.

Adupé Universidade por ser solo fértil durante todos esses anos, mesmo em tempos de “seca”.

Adupé Elizabeth Lima e Roberto Chaves, por não terem desistido.

Adupé Roberta Lima por ser a metade que nunca faltou, mas que anda fora de mim.

Adupé Luiz Eduardo, você me fez redescobrir o valor de sorrir.

Adupé Doutoradas e Doutores desta banca por aceitarem embarcar comigo nesta empreitada.

Adupé colegas e amigos de jornada acadêmica por amenizarem qualquer desafio.

Adupé irmãos de fé; vocês sabem o quanto são importantes para a realização e existência deste trabalho. Não foi à toa que Oxossi nos fez *uni uni*.

Orixá nos ensina a todo momento que nunca é tarde demais para nada. Est é um presente e somos constantemente lembrados disso.

“Que todos nossos nomes, profanos ou sagrados, sejam
respeitados por nós e pelos outros”.

(SANTOS; PEIXOTO, 2014, p. 178).

RESUMO

O presente trabalho configura-se como pesquisa realizada no âmbito da conservação-restauração, buscando desconstruir as práticas institucionais colonialistas da conservação-restauração e contribuir para a sistematização de uma metodologia sensível, capaz de reconhecer valor em objetos e saberes afrodiaspóricos, em parceria com os detentores dos mesmos; o objetivo é o de romper com as barreiras culturais que apartam, do processo de salvaguarda, os grupos interessados na manutenção destes objetos culturais. Humanizar os espaços de guarda, no caso deste trabalho museus, permitirá a criação de processos de conservação-restauração dialógicos. Este trabalho é, portanto, um relato de crença no real potencial do campo de conservação-restauração e no trabalho que se pode realizar a partir de reflexões pluralistas e transdisciplinares.

Palavras chaves: Conservação - Restauração; Patrimônio Afrodiasórico; Salvaguarda

ABSTRACT

The present work is configured as research carried out in the field of Conservation-restoration, seeking to deconstruct the colonialist practices of Conservation-restoration and to contribute to the systematization of a sensitive methodology, capable of recognizing relevance in Afro-Diasporic knowledge and objects, in partnership with these cultural objects holders; the objective is to break the cultural barriers that separate groups interested in maintaining these cultural objects from the safeguarding process. The humanization of the guard spaces, in the case of this research the museums, will allow the creation of dialogical processes of Conservation-restoration. This work is, therefore, a tale of the potential for growth in the field of Conservation-restoration and of the gains that can be carried out from pluralistic and transdisciplinary reflections.

Keywords – Conservation - Restoration; Aphrodiasoric Heritage; Safeguard

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Terreiro da Casa Branca | 68 |
| Figura 2 - Planta Pavimento Térreo Museu Afro Brasil..... | 71 |
| Figura 3 - Planta Primeiro Pavimento Museu Afro Brasil | 72 |
| Figura 4 - Vista frontal da Instalação | 73 |
| Figura 5 - Topo da Instalação: coroa do Rei Xangô..... | 74 |
| Figura 6 - Emanuel Araujo | 85 |
| Figura 7 - Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, Salvador | 86 |
| Figura 8 - Rampa de acesso ao primeiro pavimento do Museu AfroBrasil | 86 |
| Figura 9 - Registro etnográfico do antropólogo francês Pierre Verger | 86 |
| Figura 10 - Detalhe da instalação Altar ao Rei Xangô de Oyó | 86 |
| Figura 11 - Detalhe da instalação Altar ao Rei Xangô de Oyó | 86 |
| Figura 12 - Vista completa da instalação Altar do Rei Xangô de Oyó | 86 |

SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ABRACOR | Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais |
| CDFB | Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro |
| CNRC | Centro Nacional de Referência Cultural |
| DPHAN | Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FUNARTE | Fundação Nacional de Artes |
| GPETEM CR | Grupo de Pesquisa e Estudos Teóricos e Metodológicos em Conservação e Restauração |
| ICCROM | International Centre For The Study Of The Preservation And Restoration Of Cultural Property |
| ICOM | International Council of Museums |
| ICOM-CC | International Council of Museums - Committe for Conservation |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MAB | Museu Afro Brasil |
| MAM-SP | Museu de Arte Moderna de São Paulo |
| MASP | Museu de Arte de São Paulo |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PND | Programa Nacional de Desenvolvimento |
| SEPPIR | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| UDF | Universidade do Distrito Federal |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LISTA DE FIGURAS | 9 |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 13 |
| INTRODUÇÃO..... | 26 |
| OBJETIVOS 29 | |
| Objetivo Geral | 31 |
| Objetivos Específicos | 31 |
| Justificativa | 32 |
| Fundamentação Teórica..... | 35 |
| Metodologia | 39 |
| 1- A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO | 41 |
| 1.1 Breve itinerário histórico sobre a conservação-restauração | 42 |
| a. Eugène E. Viollet-le-Duc e a Restauração Estilística..... | 45 |
| b. John Ruskin e a Restauração Monumental..... | 46 |
| c. Camillo Boito e a Restauração Científica..... | 47 |
| d. Gustavo Giovannoni: Restauração Científica..... | 48 |
| e. Alois Riegl: e a teoria do Valor Monumental..... | 48 |
| f. Cesare Brandi: Restauro Crítico..... | 49 |
| g. Salvador Viñas: Teorias contemporâneas da Restauração e da Conservação | 49 |
| 1.2 Patrimônio cultural brasileiro: a conservação-restauração no Brasil . | 55 |
| 2 – A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AFRODIASPÓRICO | 59 |
| 3 - AÇÃO E MÉTODO: UMA NOVA PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO..... | 67 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |
| REFERÊNCIAS | 78 |
| ANEXOS..... | 85 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho configura-se, antes de qualquer coisa, como uma pesquisa realizada no âmbito da conservação-restauração. Tal premissa se sustenta na abordagem teórica contemporânea acerca do patrimônio cultural brasileiro, buscando desconstruir as práticas institucionais colonialistas e contribuir para a sistematização de uma metodologia que reconheça a relevância dos saberes populares no processo de conservação-restauração de objetos advindos da cultura afrodiáspórica.

Tendo como base sua natureza e fundamentos dentro da área explicitada, podemos considerar como intenção deste projeto a construção de um pensamento crítico, abrangente e inclusivo, no que se refere às práticas de conservação-restauração, explorando a potência conceitual dos objetos sagrados para os povos de terreiro e visando a construção de conhecimentos e saberes capazes de impulsionar a criação de novas perspectivas alinhadas ao contexto sociocultural em que estamos inseridos.

A conservação-restauração é uma campo de conhecimento cuja formatação e consolidação podem ser consideradas recentes. Estudos apontam que, na passagem entre os séculos XVIII e XIX, alteraram-se as formas de entendimento dos objetos e do passado – processo que culmina no início das reflexões a respeito da Conservação e da Restauração como formas de preservar as características e aspectos do objeto para a posteridade (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 446). O curso histórico da conservação-restauração justifica, ainda hoje, a dificuldade de delimitar a atuação e o escopo da área, bem como de seus profissionais.

Contamos, atualmente, com algumas instituições que se dedicam à preservação da Cultura, do Patrimônio e da Memória Social, como forma de proteger a história da sociedade, através da abordagem do patrimônio cultural enquanto instrumento de formação social. Em caráter internacional, por exemplo, podemos citar o ICOM¹ International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus). Em caráter

¹ “ICOM is the international organization of museums and museum professionals which is committed to the conservation, continuation and communication to society of the world's natural and cultural heritage, present and future, tangible and intangible.” (ICOM, 2019).

nacional, podemos mencionar a ABRACOR², Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais, que trabalhou de forma ativa na consolidação da profissão do Conservador-restaurador, determinando os limites de atuação e suas possibilidades.

O ICOM, assim como a ABRACOR, em seus textos e definições, oferecem diretrizes sobre a conservação-restauração do ponto de vista de instituições que se dedicam à preservação da cultura e de suas estruturas materiais e simbólicas. Vale lembrar que estes não são os únicos a definirem o campo³. O ICOM, dividido em comitês que atuam em áreas de natureza cultural diversa, possui um comitê dedicado exclusivamente à conservação, o ICOM-CC⁴, que considera a conservação

all measures and actions aimed at safeguarding tangible cultural heritage while ensuring its accessibility to present and future generations. Conservation embraces preventive conservation, remedial conservation and restoration. All measures and actions should respect the significance and the physical properties of the cultural heritage item.⁵

Assim como o conservador

Person educated in conservation and restoration techniques and ethics, who is responsible for maintaining objects in as stable a condition as long as possible and still represent the meaning attributed to the objects.⁶

² “A Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), fundada em 30 de maio de 1980, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, criada para dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais conservadores/restauradores de bens culturais.” BRASIL. Pesquisador do MAST ministra curso sobre Biodeterioração do Patrimônio Cultural. **MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS**. Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação. Brasília, 2015. Publicado em 07/04/2015 10h16 Atualizado em 11/03/2022 11h11. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2015/abril/pesquisador-do-mast-ministra-curso-sobre-biodeterioracao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em 10 out. 2017.

³ Ver BRANDI, 2004; MOREIRA, 2012.

⁴ Ver INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION. About ICOM-CC.

⁵ Todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível, garantindo a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação abrange a conservação preventiva, a conservação corretiva e a restauração. Todas as medidas e ações devem respeitar a importância e as propriedades físicas do item de patrimônio cultural. . (Tradução nossa).

⁶ Pessoa formada em técnicas e éticas de conservação e restauração, que é responsável por manter os objetos em estado o mais estável possível, para que permaneçam acessíveis o maior tempo possível e ainda representar o significado atribuído aos objetos. (. Tradução nossa).

Sendo o conservador-restaurador um profissional capaz de desempenhar ações técnicas de preservação, temos, no âmbito nacional, mais especificamente pela ABRACOR e outras instituições⁷, a formulação do Código de Ética do Conservador Restaurador. Esse texto ratifica o postulado do ICOM-CC, onde determina-se que, além da técnica, o profissional Conservador-restaurador deve ter uma conduta ética que resguarde seu ofício, assim como o bem-estar do patrimônio cultural a ser preservado e, acima de tudo, a dimensão cultural que atravessa o objeto em questão, cuja salvaguarda dependerá do bom resultado da ação deste profissional.

O código delimita ainda que fica a cargo do Conservador-restaurador

(...) a preservação dos bens culturais para benefício da atual geração e das gerações futuras. Para tal, este profissional realiza diagnóstico, tratamentos de conservação e restauração dos bens culturais, a respectiva documentação de todos os procedimentos, além do estabelecimento de atividades referentes à conservação preventiva.⁸

A respeito da conservação preventiva, aspecto que muito interessa à construção deste trabalho, o Código menciona ainda que “por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais”. (ABRACOR, 2005, p. 1).

O conjunto de medidas que possibilitam uma gestão duradoura do bom estado dos bens culturais e sua perpetuação na história será assunto tratado em seções futuras deste trabalho. Os conceitos da conservação-restauração, bem como suas práticas, de forma geral, apresentam tendências ideológicas, tecnicistas, colonialistas, eurocêntricas e fundamentadas em métodos e normas construídos em espaços acadêmicos excludentes.

A Academia, por sua vez, consolidada como grande centro de saberes e conhecimento formal, assume lugar central na construção das grandes teorias, áreas, profissões e das instituições que conhecemos atualmente. Não seria diferente com as

⁷ Ver CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR RESTAURADOR, 2005. Elaborado pelas ABER – Associação Brasileira de Encadernação e Restauro; ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores; ACCR – Associação Catarinense; ACORRS – Associação do Rio Grande do Sul; APCR – Associação Paulista.

⁸ ABRACOR, 2005. p. 1

teorias da conservação-restauração, tida como área de conhecimento acadêmico e científico capaz de desenvolver suas próprias práticas, normas e regras.

A conservadora-restauradora Eliane Zanatta diz, em sua tese de doutorado, que

A conservação e restauração do patrimônio cultural tem uma particularidade em seu *modus operandi*, que a torna complexa, envolve técnica e ciência. Essa complexidade também envolve aspectos, que requerem conhecimentos filosóficos, históricos, estéticos, éticos, físicos, químicos e biológicos, mas nem sempre é visto necessariamente nesta ordem. Essa tendência de agregar conhecimentos de outras áreas do saber surgiu no século XIX, quando proposições foram estruturadas com a tentativa de disciplinar e limitar as ações de conservação e restauração [...]. Pode-se considerar que a conservação e restauração perpassam por questões significativas na busca da tomada de consciência da importância da preservação do patrimônio cultural, e que o restauro científico não é suficiente para abarcar toda a complexidade que o campo exige. (ZANATTA, 2017, p. 2; 4).

Há, porém, a questão da infinidade de objetos e realidades distintas, cujas existências transcendem o universo ideológico das Academias e da “Ciência”. Apesar do esforço empreendido pelos grandes centros de estudo em conhecer, definir e estudar outras esferas sociais e seus produtos, trazemos uma reflexão acerca da possibilidade de fazer emergir teorias e conhecimentos autóctones⁹, métodos, saberes e definições que visam atingir maior aproximação com as verdades de outros berços de saber, para além do eruditismo acadêmico.

Temas com local e o tempo das coisas, para a filosofia, são determinantes para que se constituam como realidade e possam assumir suas funções dentro de seus grupos de origem. Segundo Ramose,

Onde quer que haja um ser humano, há também a experiência humana. Todos os seres humanos adquiriram, e continuam a adquirir, sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência e nela fundadas. Neste sentido, a filosofia existe em todo lugar.¹⁰

⁹ “Desde que o pretense discurso racional se estabeleceu como paradigma do exercício da verdade, os estilos discursivos que ameaçavam a ordem lógica da razão foram desclassificados, subalternizados e silenciados. Na real, o desejo de dominar a verdade com as ferramentas da lógica na produção de conhecimento pressupõe uma desordem narcísica.” (SANTOS, 2000, p.36).

¹⁰ RAMOSE, 2011.

Mediante o panorama do mundo globalizado e seu flagrante desprezo pelos modos de vida não-normativos, podemos notar uma massiva intervenção das potências hegemônicas movidas por seus vieses ideológicos em comunidades de “menor representatividade política”¹¹, sobrepondo-se aos valores autóctones e suplantando a potência dos saberes locais, bem como a capacidade destas comunidades de gerir o próprio patrimônio. Tal ato consiste em impor a determinado grupo social valores que, inevitavelmente, ferem sua autonomia e deslegitimam sua realidade cultural e filosófica.

Por esta razão e considerando a pertinência de respeitar as estruturas de cada grupo social é que surge o primeiro questionamento desta pesquisa: *Seria possível afirmar que há uma imposição ideológica de cunho colonialista no processo de formação das teorias relativas à conservação-restauração – como as conhecemos e como se constituiu no tempo –, ao passo que, ainda hoje, sua metodologia relativa à preservação de objetos, via de regra, desconsidera o contexto social, cultural e subjetivo a partir do qual tais objetos foram produzidos?*

A motivação em pesquisar a qualidade das ações de conservação-restauração em objetos de diferentes nações e culturas nos inclina a conduzir uma investigação, mesmo que breve, sobre os processos filosóficos, ideológicos e subjetivos que condicionam o percurso histórico da prática da conservação-restauração ao longo de seu percurso histórico.

A filosofia, enquanto ferramenta de formação ideológica, se constitui também como ferramenta de poder. É Jones, mencionado por Ramose, que diz que

O fundamento da questão pertence à autoridade: a autoridade de definir o significado e o conteúdo da filosofia. O exercício desta autoridade situa a questão no contexto de relações de poder. Quem quer que seja que possua a autoridade de definir, tem o poder de conferir relevância, identidade, classificação e significado ao objeto definido.¹²

Este fato alude à ideia de que, enquanto dispositivo de poder, a filosofia tem potencial para conduzir um movimento de aculturação ao conferir um significado pré-definido a objetos cuja materialidade não deveria ser apartada de seu sentido simbólico originário sob o risco de destituir tal objeto da identidade coletiva que o constituiu.

¹¹ Por “menor representatividade política” entendemos os grupos que não dispõem de status de poder hegemônico: países colonizados, comunidades controladas por outras potências.

¹² JONES, 1977-78, p. 157 *apud* RAMOSE, 2011, p. 9.

Podemos entender, portanto, que não existe produção social – material ou imaterial – que não esteja atrelada a práticas discursivas e concepções filosóficas correntes em determinada cultura.

A Filosofia, como área de conhecimento, nos fornece possibilidades de compreensão individual e do grupo social a que pertencemos. A despeito da falta de contato com a disciplina em programas de educação básica, a filosofia pode ser definida, ainda assim, como um pilar de toda construção ideológica que nos atravessa. A organização social mundial, configurada, no decorrer do tempo, pela expansão do poder das grandes potências, tende a apresentar um modelo de mundo ancorado no “pensamento racional e filosófico” (BRUST, 2017, p. 24) de base ocidental e eurocêntrica. A filosofia ocidental, segundo Pontes,

assume que tende ao universal – como podemos perceber com o ser da metafísica aristotélica, por exemplo, que busca compreender e categorizar o ser como uma coisa única – e isso significa que aquilo que parte do conhecimento europeu é destinado a ser aplicado a todo o resto do mundo, ignorando completamente a possibilidade de outras racionalidades, historicamente pouco documentadas, mas de fato existentes e atuantes – como é o caso da filosofia ubuntu, por exemplo. O universal é a imposição de um diante do apagamento de vários.¹³

e por universal, Ramose compreende que

pode ser lido como uma composição do latim unius (um) e versus (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra versus. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver esta contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade.¹⁴

Considerando a dicotomia Ocidente x Oriente,¹⁵ onde os modelos sociais estão postos de forma antagônica, a oposição ao pensamento universal se faz a partir do pensamento pluriversal. Mesmo após a “mudança de paradigma”¹⁶ assumida por novas

¹³ PONTES, 2017, p. 54.

¹⁴ RAMOSE, 2011, p. 10.

¹⁵ Segundo Nogueira e Camargo (2007) “Dicotomias são automaticamente estabelecidas, com os atributos de heroico/dinâmico/libertário para o Ocidente, em contraponto com estagnante/passivo/despótico para o Oriente.”

proposições científicas, é possível perceber que o pensamento racional científico, originário da antiguidade clássica (Grécia), impôs-se massivamente ao longo da história em detrimento dos demais modelos de pensamento não-helênicos.

Não temos, no entanto, a intenção de nos aprofundar em tipologias filosóficas, mas sim de enaltecer a força de pensamentos pluriversais que permeiam outras culturas e que fundamentam teorias culturais e patrimoniais diversas daquela a que fomos compulsoriamente submetidos.

Ramose diz que

a particularidade é um ponto de partida válido para a filosofia apenas se for reconhecida como um meio para compreender e interagir com a pluriversalidade do ser. [...]. Do ponto de vista da pluriversalidade de ser, a filosofia é a multiplicidade das filosofias particulares vividas num dado ponto do tempo.

Assim, entendemos a ideia oposta/complementar que se apresenta sobre a ideia universalizante. Esta oposição nos permite visualizar a origem teórica dos pensamentos e, conseqüentemente, a maneira como influenciam no desenvolvimento do conhecimento das mais diversas áreas. Refletir sobre uma conservação-restauração construída e pautada dentro de um universo de pensamento universal acusa para uma possível ineficácia de sua atuação em objetos advindos de diferentes tradições filosóficas.

Considerando a multiplicidade de perspectivas possíveis, partiremos para uma sequência de relatos cuja finalidade se configura – a partir das reflexões aqui contidas – como uma delimitação da relevância de tal experiência prática para a preservação efetiva e eficaz do Patrimônio Cultural por meio de medidas de proteção e salvaguarda adequadas.

Tendo sido apresentadas as delimitações teórico-filosóficas que nos acompanharão durante o trabalho, partiremos às determinações sobre local, objeto e abordagens de preservação na tentativa de exemplificar no plano prático como medidas de conservação-restauração – pensadas a partir do plano ideológico que possibilitou a produção dos objetos culturais, materiais e/ou imateriais – se mostram mais engajadas na manutenção integral da memória sem descaracterizar o objeto ou destituí-lo das bases que

¹⁶ “Deve-se notar que o conceito de universalidade era corrente quando a ciência entendia o cosmos como um todo dotado de um centro. Entretanto, a ciência subsequente destacou que o universo não possui um centro. Isto implicou na mudança do paradigma, culminando na concepção do cosmos como um pluriverso.” (RAMOSE, 2011, p. 10).

o sustentam e permitem que ele se relacione com seu público alvo: os verdadeiros apreciadores e detentores da matriz cultural, capazes de compreender e partilhar da subjetividade do objeto em questão.

Será de extrema importância para este trabalho definir alguns parâmetros que situam o estudo, tais como: o público, o local e a natureza cultural de determinado objeto. Estes fatores são determinantes para estabelecer uma relação interpretativa entre objeto e seus detentores. No entanto, pensar que determinado grupo – neste caso os diferentes agentes da preservação – seriam capazes de interpretar signos que não fazem parte de seus contextos básicos é acreditar que a cultura é igualitária e acessada por todos da mesma maneira. Tal proposição justifica, por si só, as políticas de inclusão no ofício da conservação-restauração, mostrando mais uma vez a urgência em democratizar o acesso às ações de preservação, para que haja uma multiplicidade de perspectivas no processo de salvaguarda dos bens culturais.

No caso deste trabalho, temos como objeto o *Altar ao Rei Xangô do Reino de Oyó*¹⁷, uma instalação inspirada em um terreiro baiano, o Terreiro da Casa Branca¹⁸. A obra foi projetada pelo artista, criador e diretor do Museu Afro Brasil¹⁹, Emanuel Araujo²⁰, executada por Antônio Miranda e encontra-se no acervo fixo do Museu,

¹⁷ “altar cenográfico dedicado ao orixá Xangô, com oxês oeste-africanos e afro-brasileiros similares” (NETO, 2017, p. 186).

¹⁸ “(...) o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador (BA), foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1984. (...) Situado em terreno com declive, o terreiro possui uma edificação principal (a Casa Branca) que domina todo o sítio e centraliza o culto, com as diversas Casas de Santo (Ilê Orixá) distribuídas à sua volta, em meio à vegetação ritual (o Mato) com imensas árvores sagradas e outros assentamentos, além das habitações da comunidade local.” (IPHAN, 2020).

¹⁹ “O Museu Afro Brasil foi criado em 2004 a partir da iniciativa é da coleção particular do artista plástico Emanuel Araujo (1940-). Está localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, no “Pavilhão Padre Manuel da Nóbrega” - edifício integrante do conjunto arquitetônico do parque projetado por Oscar Niemeyer na década de 1950 para a ocasião das atividades oficiais de comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1953. Como consta em seu Plano Museológico, o museu tem como objetivo promover o reconhecimento, valorização, preservação e difusão da arte, da história e da memória cultural brasileira, tendo como referência a presença luso, afro-brasileira, indígena e africana.” (SANTOS, 2018, p. 16).

²⁰ “Emanuel Araujo, artista plástico baiano, nasceu numa tradicional família de ourives, aprendeu marcenaria, linotipia e estudou composição gráfica na Imprensa Oficial de Santo Amaro da Purificação. Em 1959 realizou sua primeira exposição individual ainda em sua terra natal. Mudou-se para Salvador na década de 1960 e ingressou na Escola de Belas Artes da Bahia (UFBA), onde estudou gravura.” (MUSEU AFROBRASIL, 2020).

inserido no circuito de Arte e religiosidade afro-brasileira, parte da exposição de longa duração.

A presença da religiosidade no acervo do Museu Afro Brasil se manifesta nas mais diversas formas, cores e sentidos. Com obras produzidas por distintos artistas, seja por suas origens, credos ou períodos, a complexidade e riqueza pode ser percebida pela variedade de materiais e soluções artísticas. Capazes de superar grandes obstáculos, atravessar fronteiras e se fazerem presentes, as religiões afro-brasileiras possuem características singulares. O tema deste roteiro, portanto, é trazer um pouco da presença desta Religiosidade Afro-Brasileira em nossas vidas e em nossa arte.²¹

O Museu busca “Promover o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, africano e afro-brasileiro e sua presença na cultura nacional”²² por meio de atividades educativas e culturais que permitem ao público acessar um universo cultural marginalizado e pouco divulgado em espaços culturais formais. Neste ambiente incomum, considerando os acervos de outras instituições, é possível se relacionar com objetos de naturezas distintas e que apontam para a diversidade artística, estética e cultural afro-brasileira.

É no circuito específico de Religiosidades que nosso objeto de interesse se encontra. O trajeto da Exposição de Longa Duração, segundo Neto (2017, p. 128), começa "com peças de procedência africana, passando pela região como centro ordenador das experiências envolvendo África (especificamente a Ocidental) e Brasil (...)"²³.

O Altar se localiza no primeiro pavimento, ladeado de duas outras obras dedicadas ao culto de Egungun²⁴, montando uma tríade dedicada à ancestralidade humana dentro da organização de culto dos terreiros de Candomblé, mais especificamente os de origem Nagô²⁵.

²¹ MUSEU AFROBRASIL. **Arte e religiosidade afro-brasileira**. São Paulo. Publicado em: 04 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/visite/roteiros-de-visita/2017/09/04/arte-e-religiosidade-afro-brasileira>>. Acessado em 22 nov. 2020.

²² MUSEU AFRO BRASIL. **O Museu: Missão, Visão e Valores**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores>>. Acessado em 22 nov. 2020.

²³ NETO, 2017, p. 128.

²⁴ “espíritos ancestrais, protetores de uma aldeia ou uma comunidade, que durante a vida tiveram uma posição social destacada, como reis, chefes militares, fundadores de troncos familiares, vilas e cidades.” SANTOS, 2018, p. 66.

Em visita técnica ao Museu, pude ter contato com a obra de forma guiada e em circuito solo, o que me possibilitou apreender abordagens diferentes da mesma peça. A comparação entre as abordagens e as especificidades da obra formularam outras questões deste estudo: *De que forma o Museu e suas diferentes áreas de formação lidam com objetos cujas características transcendem os limites estéticos²⁶? Quais fatores são considerados pela conservação-restauração a fim de determinar suas medidas interventivas?* A partir destes questionamentos e sabendo que a conservação-restauração compõe uma das áreas de atuação dentro da estrutura do Museu, faremos o cruzamento das diferentes abordagens.

Durante a visita, fui apresentado a uma passagem na qual a obra sofria interações constantes com os visitantes, adeptos de Terreiros, e que reconheciam na obra um local de apreciação e devoção simultaneamente. Na obra, ficavam depositadas moedas e cédulas, antigas e correntes, nacionais e estrangeiras. Os visitantes faziam suas oferendas em dinheiro aos pés de Xangô como forma de manter um diálogo com o Orixá Iorubano que carrega, em si, significados de riqueza, prosperidade, abundância, opulência e todas as demais característica de um rei exuberante e farto – traços de personalidade de Xangô e de seus descendentes, ainda hoje coroados reis em Oyó, sua cidade de culto originária.

O cenário lúdico atingido pela obra e, conseqüentemente, pela relação estabelecida entre ela e os adeptos de Terreiro que por ela passam, bem como a expressividade a partir da qual a obra se apresenta já configuram um valor simbólico e cultural muito diverso daquele a que estamos acostumados a presenciar em museus com acervos, exposições e metodologias mais ortodoxas.

Exposições como esta evidenciam o potencial de objetos que, para além da sua função estética e formal, disparam sensações que podem não ser conscientes nos visitantes, rememorando questões íntimas constituintes de múltiplos processos de individuação. Considero tal experiência como um movimento produtor de sentido,

²⁵ “termo com que os franceses designavam todos os negros de fala ioruba, da costa dos escravos.” BASTIDE, 1961, p. 17 *apud* KOHAN; SALES, 2019, p. 52.

²⁶ Por “limites estéticos” quis se dizer objetos que originalmente desempenhavam outro tipo de função em seus lugares de origem, como cerimonial, social e histórica. No momento que estes objetos passam a integrar coleções museológicas, estas funções sofrem alterações; a estética, nestes casos, passa a desempenhar papel quase prioritário, uma vez que a apreciação é uma das experiências possíveis dentro de museus e outros espaços expositivos.

possibilitando atravessamentos afetivos e construções subjetivas que transcendem os significados culturalmente atribuídos aos objetos.

Somente através do reconhecimento desses valores – e partir deles – podemos retomar o primeiro apontamento realizado sobre a eficiência das teorias da conservação-restauração fora do seu ambiente teórico-filosófico e elencar pontos adicionais que procurem aprofundar a investigação até um ponto onde o profissional conservador-restaurador tenha realizado um trabalho em seu objeto de interesse cujo impacto seja maior do que apenas uma intervenção ou plano de ação numa peça.

A finalidade é que seu ofício permita, *a priori*, uma interação com a comunidade detentora de determinado bem para, em um segundo momento, integrar novas possibilidades interventivas ou mesmo outros saberes, próprios de determinado grupo, visando atingir resultados que sejam adequados e coerentes com as demandas teóricas em questão. A proposta desta investigação não tem por base negar as teorias de conservação-restauração tal como as conhecemos hoje, mas sim expandir a abrangência de sua atuação de campo.

A investigação proposta talvez não seja tão minuciosa como gostaríamos. Isto ocorre por se tratar de uma monografia destinada à obtenção de grau em curso de graduação – o que impõe limites de tempo, recursos e, portanto, de aprofundamento; e por ter sido desenvolvida durante a pandemia da Covid-19 no que se refere aos estudos de campo. Existem, portanto, inúmeras limitações às possibilidades de realização dessa pesquisa, não invalidando sua relevância no que diz respeito à busca de novas perspectivas teóricas e metodológicas para a conservação-restauração: o que sustenta, por si só, a legitimidade de sua produção.

Na qualidade de estudante do referido campo, posso afirmar que existem incógnitas e interrogações que não encontraram, ainda hoje, resolução. Este trabalho será, portanto, constituído por uma sequência de leituras, reflexões, aprofundamentos e novas pesquisas, até o ponto onde outras possibilidades se apresentem viáveis para o campo da conservação-restauração – ou mesmo em que as hipóteses levantadas aqui sejam refutadas pela própria conclusão da pesquisa.

A construção desta monografia se dará a partir de uma revisão bibliográfica de áreas afins, considerando, ainda, saberes “não formais” e propostas pedagógicas. Acreditando no poder da educação como centelha revolucionária, a análise das teorias

aqui apresentadas tem por objetivo elaborar um conteúdo que possibilite a resolução dos anseios impulsionadores de sua produção, desbravando novos rumos para o campo da conservação-restauração.

Devido ao caráter íntimo da temática proposta e do abalo pessoal gerado pela escrita do texto, há um esforço maior em explicitar a relevância e viabilidade daquilo que se propõe aqui. No entanto, acredito que a potência realizadora do trabalho de conservação-restauração justifica, em si mesma, a busca por novos horizontes de pensamento, com o intuito de alcançar outros patamares de ação para a área, circunscritos no contexto sociocultural em que nos encontramos hoje. Este trabalho nasce a partir de um desconforto teórico durante o percurso acadêmico, o que possibilitou o encontro de pares essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e, conseqüente, a continuação dos esforços aqui iniciados.²⁷

Este trabalho é, portanto, um relato de crença no real potencial do campo de conservação-restauração e no trabalho que se pode realizar a partir de reflexões pluralistas.

²⁷ No período de cinco anos que marca as idas e vindas deste trabalho foi possível organizar esforços e ver nascer o GPETEM CR - Grupo de Pesquisa e Estudos Teóricos e Metodológicos em Conservação e Restauração. Esta pesquisa encontra lugar possível e ambiente fértil ancorada às linhas e propostas dos Grupos “Itinerários simbólicos: patrimônio cultural e conservação-Restauração” e “conservação-Restauração: Construções sociais e discursivas”, permitindo trocas e compartilhamento de inquietações entre os pesquisadores membros, como os Professores Doutores Ana Paula Corrêa de Carvalho, Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares, Mauro Fainguelernt. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6743684457203421>. Acesso em 10 jul. 2023.



INTRODUÇÃO

A trajetória proposta nesta pesquisa advém da observação de algumas inquietações teóricas referentes ao campo de pesquisa da conservação-restauração, sobretudo no que se refere a determinações de cunho filosófico e viés ideológico, frente às transformações em curso no pensamento contemporâneo desde o começo do século XX.

Originalmente tida como tarefa do fazer artístico, a salvaguarda da produção humana dotada de “valor histórico” configurou-se, no decorrer dos séculos, como um campo permeado pela concepção eurocêntrica de estética enquanto setor da filosofia ocidental. Tendo, no entanto, sofrido inúmeras metamorfoses ao longo do tempo, a conservação-restauração íntegra, atualmente, em seu conjunto de propostas de ação, normas próprias para a preservação da cultura como um todo e, em particular, da cultura popular.

À medida em que diversos grupos culturais historicamente marginalizados passaram a exercer seus direitos de ocupar os espaços urbanos, institucionais e intelectuais, desafiando o discurso normativo, tais populações puderam representar e protagonizar papéis relacionados à preservação dos seus saberes originários, não se limitando apenas à materialidade dos signos culturais. Diante de tal cenário, seria inadequado eximir-se dos atravessamentos que culminam nos debates acerca da diversidade na preservação da memória coletiva.

O conceito expandido de preservação²⁸ atrai os olhares da conservação-restauração para os novos paradigmas culturais e para a delimitação dos seus objetos de valor. Dentro desta expansão conceitual, tanto da conservação-restauração quanto da cultura²⁹, foi possível observar que, atualmente, a gama de objetos de interesse cultural

²⁸ Segundo Marcia Sant’anna, “o termo “preservação” foi associado à “gestão prática” do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão. “Preservação”, então, como um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina “processo de patrimonialização”, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, constructos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas, e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade” (SANT’ANNA, 2015, . p. 2).

²⁹ “(...) toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão

se origina das mais diversas naturezas e de diferentes partes do mundo, graças ao movimento insurgente de patrimonialização das culturas marginais. É possível citar o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1986, como um exemplo de metamorfose antirracista do pensamento institucional patrimonialista.

Acredito, portanto, ser imprescindível adotar uma perspectiva decolonial³⁰ para nortear novas configurações teóricas e metodológicas, cuja finalidade seja a preservação da memória de determinados grupos sociais através da conservação e da restauração do seu patrimônio cultural – material e/ou imaterial – tendo em vista a flagrante natureza ideológica de tais práticas, permeadas, desde sua origem, pelas relações de poder constituintes do discurso acadêmico e forjadas a partir do universo simbólico do colonialismo.

O contexto apresentado acima obriga-nos a questionar a pertinência e eficiência das tradicionais abordagens teóricas da conservação-restauração, constituídas, majoritariamente, por categorias de pensamento erigidas a partir de uma estrutura ocidental – eixo Europa - EUA – e formadoras de uma subjetividade caracterizada por perpetuar a crença na superioridade da cultura branca frente à fragmentação da memória coletiva e da identidade racial dos povos nativos e afrodescendentes. Uma vez prescrita a alegoria da autoridade eurocristã ocidental, instaura-se um legado de opressão intelectual, que deve ser desarticulado o quanto antes.

Perante o contexto descrito até aqui, podemos perceber que há uma vasta gama de fatores de todas as ordens influenciando os objetos, produtos, postulados e definições que um grupo é capaz de produzir ao observar os fatos e acontecimentos a partir de um ponto de vista e de uma realidade próprios.

Temas como *lugar e tempo*³¹ nos servirão como eixos norteadores para delimitar o “espaço” de cada questão aqui investigada. Será necessário nos debruçarmos sobre os

cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo.” (HALL, 1997, p.33).

³⁰ Por perspectiva decolonial entendo como uma busca por analisar e desafiar as estruturas de conhecimento eurocêntricas, questionando as formas dominantes de produção do saber.

³¹ Sobre os temas Lugar e Tempo, serão dedicados esforços para poder referenciá-los e introduzi-los na narrativa da pesquisa, uma vez que defini-los apenas conforme a teoria hegemônica não alcançaria o objetivo fundamental das fontes de conhecimento que apoiarão os argumentos aqui construídos. (Sobre esta temática, ver: MARTINS, André Ferrer Pinto. **Concepções de estudantes acerca do conceito de tempo: uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP,

fatores locais na busca de evidências capazes de construir, pouco a pouco, os elementos que oferecerão contorno a este trabalho.

A investigação se dará a partir da análise da possibilidade de criação de estratégias de preservação que podem se estruturar no decorrer do processo de afirmação da legitimidade cultural e intelectual dos povos em cujos objetos se originam, visto que os locais de manutenção da memória coletiva apresentam-se, cada vez mais, como campos de luta política e social. No lugar de uma demanda emergente, encontramos, portanto, a necessidade de evocação da memória a partir de um plano expressivo coerente com o conjunto de tradições que compõem a cultura de um povo.

A premência de uma metodologia que abarque as múltiplas espacialidades e temporalidades presentes na prática de preservação da memória situa o presente trabalho em um lugar de ressignificação do universo intelectual constituinte do campo da conservação-restauração.

Pela encruzilhada do tempo, um novo caminho se abre nas fendas da normatividade, reconfigurando os espaços que, por séculos, abrigaram a espetacularização da violência contra os corpos dissidentes. No entanto, para que seja possível elaborar planos de preservação inclusivos, é imprescindível que haja uma parceria entre as instituições e os detentores de determinado objeto ou bem cultural, aproximando o profissional conservador-restaurador da essência primeva do objeto a ser tratado, bem como de seu lugar de origem e da população que o idealizou.

Esta pesquisa busca evidenciar o profissional conservador-restaurador como um agente da cultura capaz de subverter a lógica colonial em detrimento do lugar de sujeito passivo diante da necropolítica³² hegemônica, humanizando suas abordagens e deslocando o referido campo de estudos da reclusão tecnicista que o assombra. Para isso, a conservação-restauração não deve ser compreendida como simples tarefa mecânica e sim como instrumento de preservação da memória coletiva.

Como exposto nas considerações iniciais, podemos identificar duas grandes hi que nos acompanharão no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Uma, de caráter

São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30112004-183841/publico/04capitulo2.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2023).

³² Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe e se refere ao uso do poder dentro do Estado para decidir quais vidas importam ou não dentro da sociedade. O Estado decide quem “merece viver” e quem “merece morrer” sem direito à defesa. (MBEMBE, 2018).

teórico, pretende refletir sobre a situação ideológica da conservação-restauração enquanto área do conhecimento, buscando compreender se as teorias em voga no campo – como as conhecemos e como se constituíram no tempo – seriam capazes de produzir estudos e projetos de ação apartados da constituição subjetiva dos objetos a serem preservados, bem como dos espaços e temporalidades que os produziram. Trata-se de uma questão fundamental, a partir da qual podemos erigir uma segunda hipótese, que está mais engajada com a situação prática da conservação-restauração em espaços interventivos: *Como o Museu e suas diferentes áreas de formação manejam objetos cujas características transcendam os limites estéticos? Quais fatores são considerados pela área em questão para determinar suas medidas interventivas?*

Encerrada esta investigação, como proposta final, buscaremos *medir a viabilidade, no campo da conservação-restauração, de metodologias intimamente engajadas com as questões sociais, culturais, intelectuais e subjetivas de seus objetos de interesse*. Acredito que, desta forma, o trabalho será capaz de servir ao propósito do desenvolvimento de reflexões dentro do espaço da Graduação, para que, desde cedo, aqueles que se interessam pela área e pelo seu bom desempenho sintam-se capazes contribuir para a democratização de seu campo de atuação.

Humanizar³³ as relações com o patrimônio cultural deve ser uma iniciativa daqueles que lidam com ele e com sua preservação diariamente. O profissional Conservador-restaurador precisa sentir-se capaz de intervir, direta ou indiretamente, no ato de preservação e manipulação do material a ser preservado, refletindo criticamente acerca das nuances culturais que materializaram tal objeto.

OBJETIVOS

A presente pesquisa busca, antes de mais nada, ampliar a dimensão teórica da conservação-restauração, visando contribuir para uma maior eficácia das ações,

³³ Segundo Waldow e Borges, “Humanizar é afirmar o humano na ação e isso significa cuidado porque só o ser humano é capaz de cuidar no sentido integral, ou seja, de forma natural e, ao mesmo tempo, consciente, conjugando desta forma os componentes racionais e sensíveis.” (WALDOW; BORGES, 2011). Apesar do conceito de humanização estar muito associado, nos últimos anos, à área da saúde, aqui ele serve ao propósito de conferir maior personificação aos argumentos, onde as fontes de conhecimento e consequentemente consultadas serão, por vezes, oriundas de entrevistas ou conversas diretas, sem o intermédio de fontes intermediárias como livros, artigos e outros.

intervenções e medidas protetivas empregadas no processo de salvaguarda do patrimônio cultural. Tal ampliação teórica se mostra possível somente através de um levantamento de premissas capazes de impulsionar o campo da conservação-restauração rumo a um outro paradigma de atuação, mais alinhado com características inerentes aos objetos em tratamento.

Trata-se, em última instância, de uma sugestão de metamorfose metodológica, que traga para o seio do ofício a consciência de que cada objeto a ser preservado guarda em si uma história, uma memória e uma estrutura de pensamento baseada nos saberes e nos sentires de um determinado recorte étnico.

Antes mesmo de considerar as necessidades materiais do objeto, deve-se compreender e buscar reconstruir, na medida do possível, seu universo cultural, para que, então, seja possível empregar um manejo coerente com a constituição subjetiva do objeto em questão.

Apresentaremos nesta pesquisa o “*Altar ao Rei Xangô do Reino de Oyó*”, que servirá como exemplo para que a investigação possa ser vislumbrada na prática. O objeto será situado quanto às suas coordenadas espaciais e dimensões simbólicas, oferecendo-nos algumas pistas acerca das suas singularidades, para que possamos identificar seu possível enquadre na presente proposta.

Por fim, tendo analisado nosso campo de conhecimento transversalmente aos demais e delimitado um objeto capaz de carregar em si próprio todos os questionamentos levantados aqui, entramos na etapa de cruzar os dados obtidos e compreender a pertinência (ou não) de propor à conservação-restauração um método, ainda que em sua fase inicial, que possibilite ao profissional da área uma relação mais profunda com o objeto.

Esperamos que, ao final da travessia de construção desta pesquisa, possamos desenvolver uma narrativa decolonial passível de aplicação prática, realizando uma leitura intensiva do objeto, seu contexto socioespacial e o que ele transmite como proposta inerente de preservação, antes mesmo de considerar medidas laboratoriais e intervenções vanguardistas, que poderiam, a longo prazo, desapropriá-lo de suas características fundamentais, dificultando seu reconhecimento pelos seus próprios criadores.

É importante salientar que toda a investigação foi norteada, direta e indiretamente, pelo contexto cultural afrodiaspórico e pelos desdobramentos museológicos que se apresentam a partir de uma narrativa inclusiva.

Há que se considerar, portanto, a pertinência de diálogos transdisciplinares com todos os saberes, acadêmicos e/ou não, que, de diversas formas, fazem emergir o debate racial dentro das diversas áreas do conhecimento, evidenciando a urgência de reconhecer e respeitar o protagonismo dos povos tradicionais e afrodiaspóricos na preservação e disseminação da sua própria cultura. A partir de uma perspectiva mais ampla, podemos afirmar que o objetivo deste trabalho é contribuir para os movimentos de resistência que fazem frente ao sequestro cultural colonizador e inserir o campo da conservação-restauração nessa dinâmica decolonial contemporânea.

Objetivo Geral

Este trabalho busca, de forma geral, construir novas possibilidades de abordagens metodológicas para a conservação-restauração a partir das quais o profissional seja capaz de considerar, além dos fatores materiais (como o estado de conservação), os elementos subjetivos que o constituem, como a natureza filosófica que deu origem a determinado objeto ou bem cultural, na tentativa de reconstruir, nas propostas de intervenção e ação, uma narrativa atravessada intensivamente pela multiplicidade cultural advinda dos contextos sociais dos objetos em questão. Temos aqui, portanto, uma proposta de reflexão acerca das demandas da conservação-restauração em uma relação transversal com a cultura de origem de tudo que se pretende preservar, em termos materiais ou imateriais.

Objetivos Específicos

- Reunir, a partir da bibliografia existente a respeito dos tópicos tratados na pesquisa, definições e delimitações teóricas, para assim utilizá-las como fundamentação para as proposições do trabalho;
- Ampliar o espectro teórico e/ou metodológico para outros centros de desenvolvimento de saberes, convencionais ou não;

- Propor uma nova possibilidade de abordagem para o desenvolvimento de atividades referentes à preservação do Patrimônio Cultural por parte dos profissionais Conservadores-restauradores;
- Contribuir para a produção de abordagens singulares que façam frente à hegemonia cultural Colonialista, a partir de uma revisão metodológica do campo da conservação-restauração.

Justificativa

No decorrer de todo meu percurso acadêmico, uma inquietação sobre pertencimento motivou grande parte das minhas produções textuais e interações em sala de aula, tornando evidente que minha maior motivação pessoal no que se refere à delimitação da temática proposta advinha da necessidade de colocar à prova determinados paradigmas e convenções, cujo fundamento teórico se mostrava excludente.

Esta pesquisa constitui, portanto, um verdadeiro inventário de minhas angústias e reflexões acerca da ortodoxia Colonialista no campo da conservação-restauração, bem como um manifesto, que busca identificar e sinalizar as condutas racistas na área em questão, para, em seguida, propor uma práxis coerente com os valores inclusivos e democráticos que deveriam, por direito, permear o ambiente acadêmico e o referido campo de atuação.

Assim, tomando a forma de um chamado sobre a urgência da problemática escolhida, decidi transformar meu desconforto filosófico em uma proposta de revisão de posturas, pensando na forma como o profissional que me tornarei deverá encarar os desafios do campo, dentro e fora da reclusão dos laboratórios, ateliês e salas de aula/pesquisa.

Algumas convenções são eficazes para eliminar as variáveis que podem impedir o pleno desenvolvimento de um projeto, de uma área, de um conhecimento. É compreensível, portanto, que a disciplina e a ordem se transformem, por vezes, em forças-motrizas, direcionando determinadas potencialidades humanas rumo a certo conceito de progresso. Contudo, o crescimento exacerbado de normas pode se configurar como um limitador natural ao pensamento crítico, funcionando como dispositivo de poder, capaz

de legitimizar a opressão e a barbárie já normalizadas e institucionalizadas no ocidente cristão.

No contexto cultural dos territórios colonizados, o discurso de subalternização da cultura ameríndia e afrodiáspórica encontra nas normas já estabelecidas um lugar de manutenção do *status quo*. Ao assumir a forma de interdições formais, portanto, a repressão pode se materializar através dos regulamentos, mantendo as culturas dissidentes sob o constante fantasma da invisibilidade social, caso não haja empenho dos diversos setores da sociedade em confrontar a ordem estabelecida.

Desde a segunda metade do século XX, a ampliação do conceito de cultura tem permitido uma expansão da diversidade dentro do conjunto de saberes que compõem o que se compreende como “pensamento”. Isso implica no reconhecimento da cultura como elemento que está para além de um simples objeto de estudo, situando-a como ferramenta de legitimação da existência de identidades coletivas.

Essa metamorfose conceitual incide sobre o movimento de conscientização dos integrantes de diferentes grupos sociais, no que se refere às suas tradições e saberes, fazendo emergir um ímpeto de luta contra o sistema que circunscreve essas comunidades em um lugar de marginalidade perante o saber acadêmico. Portanto, essa ordem estabelecida desde a colonização, que se perpetuou por tantos séculos, encontra, nos dias de hoje, uma frente de resistência capaz de demarcar a necessidade de ocupação dos territórios, cargos, ofícios e espaços artísticos e discursivos, responsáveis por reprimir ou preservar determinadas tradições.

É por essa razão que considero de vital importância adotar uma perspectiva teórica decolonial nas investigações referentes ao campo da conservação-restauração, visto que a salvaguarda do patrimônio afrodiáspórico e ameríndio está nas mãos dos profissionais que se dedicam a tal função.

Considerando, então, a cultura como marcador social ativo, abordaremos a questão da especificidade cultural³⁴ como reguladora da produção de valor social no que tange à patrimonialização. Em contraste com a unilateralidade do saber hegemônico, proponho aqui uma transversalidade do pensamento, unindo, sob o propósito da preservação da memória coletiva, o conhecimento acadêmico e os saberes/sentires

³⁴ Por especificidade cultural entendemos as particularidades de cada objeto cultural que o definem e estabelecem relações com seus detentores.

autóctones. Esta problemática é essencial para que possamos estabelecer o direcionamento da pesquisa, sendo a partir do entrecruzamento destes conhecimentos que construiremos (ou não) a proposta de uma nova metodologia para a conservação-restauração.

Para que possamos atingir o objetivo deste trabalho, será necessário traçar um percurso pouco linear, porém vital para que o texto ganhe sentido. Primeiramente trataremos das especificidades da conservação-restauração – minha área de conhecimento –, onde serão ancoradas algumas das principais reflexões que nos servirão de ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa.

Para isso, um panorama será construído no rastro das transformações em curso, que deslocam o pensamento para além do Ocidente cristão, visto que acreditamos na potência da multiplicidade como produtora de modos de vida. A conservação-restauração será abordada enquanto teoria, ferramenta e categoria de pensamento, demonstrando a relevância da área enquanto instrumento de preservação dos mais diversos tipos de patrimônios culturais.

Neste ponto não tocaremos ainda na especificidade da investigação, para não perder a oportunidade de, na seção correta, aprofundarmo-nos no assunto proposto e em seus desdobramentos. Exatamente por pensar ser necessário gozar de uma certa segurança e domínio do tema, mostra-se como pretensão desta pesquisa investigar, além da natureza geral da conservação-restauração, os fundamentos desta e de outras áreas do conhecimento agrupadas nas Ciências Humanas.

Este trabalho, contudo, não ambiciona tratar-se de uma grande revisão destas disciplinas e de seu arcabouço teórico, mas busca submeter o campo da conservação-restauração à transversalidade dos saberes, para que as ferramentas conceituais possam fundamentar as questões aqui propostas, sobretudo a da relação entre preservação da memória e o contexto cultural em que os objetos são produzidos.

Para estabelecermos uma hierarquia didática das áreas que consideramos para nossa investigação, traçaremos uma linha de raciocínio que parte do geral para o específico, esboçando, inicialmente, o “pano de fundo” da pesquisa, o território de pensamento no qual fincaremos os pilares teóricos orientadores.

Em um segundo momento, nos aproximaremos das particularidades teóricas, direcionando a narrativa para o objeto específico da investigação: “*Os objetos Sagrados do Candomblé e sua preservação/exposição em Museus*”.

Adotando uma perspectiva humanista no que se refere às reflexões e às práticas patrimonialistas, podemos considerar que todos os signos culturais nos fornecem pistas de como manejar um objeto sem ferir a subjetividade que nele se inscreve. Sendo assim, a *espacialidade*, a *temporalidade* e o *contexto social* são categorias que nos servirão de eixos norteadores nesta pesquisa, ao passo em que contextualizam a existência em um meio sem o qual não pode haver produção de sentido, seja para os objetos ou para as ações humanas.

O objeto que ilustra nossa pesquisa é a representação de um outro objeto, que, por sua vez, também representa um *original* - cada qual situado em *lugares* e *tempos* próprios. Dentro do esquema de representações, o elemento utilizado para deslocar de um objeto para o outro as ideais e simbologias necessárias para lhes conferir significado é a *memória*. Esta, por sua vez, evoca um conceito muito caro à cultura afrodiáspórica: a *ancestralidade*.

Após a apresentação de cada parte teórica constituinte do conhecimento que estamos buscando construir, será exposto um cenário a partir do qual poderemos submeter nossas hipóteses a uma observação prática. Segue-se a isso, a formulação das propostas metodológicas para novas abordagens relativas à conservação-restauração, passando pelo crivo do empirismo.

Confirmada ou negada a possibilidade de uma reordenação na metodologia da área em questão, concluiremos nossa pesquisa de maneira aporética, deixando margem para que novas ideias se esgueirem pelas bordas do sistema, confrontando a normatividade colonialista ainda presente na academia e abrindo o campo da conservação-restauração para atravessamentos e cosmovisões de todas as ordens.

Fundamentação Teórica

A proposta de trabalho que desenvolvo aqui tem como fundamento principal – e em caráter irredutível – a interdisciplinaridade e o diálogo com os saberes não-formais

desenvolvidos pelas comunidades que representam os bens culturais abordados. A revisão bibliográfica se faz necessária, como em qualquer texto acadêmico, no entanto, prezando pela diversidade cultural na construção do conhecimento: os saberes dos povos de terreiro e todo pensamento advindo da cultura diaspórica caminharão lado-a-lado com as teorias acadêmicas já instituídas.

A pesquisa que realizei está inserida no campo da conservação-restauração, enquanto subárea do curso de graduação em Belas Artes. As especificidades formais do campo escolhido serão abordadas no primeiro capítulo, a partir das determinações de comitês, comissões, órgãos fiscalizadores e outras instituições que regulam a atuação dos profissionais da área.

A bibliografia utilizada teve como ponto de partida obras reconhecidas como referências teóricas nos últimos 40 anos – mais especificamente a partir da década de 1980, período de grande efervescência teórica no campo das Ciências Humanas e Sociais, além de fase em que se iniciou um movimento de patrimonialização antirracista, com estudos voltados para a cultura afrodiaspórica, enaltecendo a necessidade de preservação e disseminação das tradições e bens culturais das comunidades de terreiro.

Assim como a bibliografia específica acerca da conservação-restauração, utilizamos, ainda, referências teóricas advindas de diversas áreas, como as Ciências Humanas, as Ciências Sociais e a Filosofia. O objetivo da interdisciplinaridade e do entrecruzamento de saberes – formais e populares – perpassa mais uma vez a questão da inclusão e da democratização do conhecimento, não apenas enquanto produto a ser consumido, mas como cosmovisão a ser erguida na encruzilhada dos mundos. Cabe-nos, portanto, investigar acerca da possibilidade de existência (e/ou de construção) de um pensamento específico, com conceitos e metodologias singulares, capazes de abarcar as demandas do mundo contemporâneo e as tradições ancestrais da cultura diaspórica, simultaneamente.

Dentre as referências formais específicas do campo da conservação-restauração, podemos citar, entre instituições, comitês, comissões e órgãos reguladores e fiscalizadores: ICOM, ICCROM, ABRACOR, IPHAN, ONU, além de cartas patrimoniais, da legislação brasileira e de autores como Silvana de Fátima Bojanoskic e Francisca Ferreira Michelon.

No âmbito das Ciências Humanas e Sociais, da Antropologia, da Filosofia e das Artes, sobretudo no que se refere à construção de um pensamento decolonial antirracista, dentro e fora da Academia, podemos destacar Mogobe Ramose, Katiúscia Ribeiro Pontes, Silvio Luiz de Almeida, Alfredo Bosi, Stuart Hall, Valentin-Yves Mudimbe, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Renato Nogueira, Kabengele Munanga, Muniz Sodré, bell hooks, Wesley Araújo Brust e Hélio Santos Menezes Neto, entre outros(as).

Como podemos notar, através das referências citadas acima, este trabalho é produzido por várias vozes, além da minha. Eu, sozinho, já somos muitos e, tal qual aprendi em minha vivência de terreiro, tudo que construímos está sempre para além das fronteiras do que entendemos como ordem. Exu ensina que a desordem é vital e imprescindível para que haja movimento. Ambivalências, conflitos e tensões fazem parte da construção de qualquer pensamento que não carregue em si a semente da opressão. A reflexão, portanto, não pode encontrar-se circunscrita a uma única vertente ideativa; do contrário não seria pensamento, mas sim imposição ideológica.

Não me refiro, contudo, à dialética, sobretudo aquela de origem platônica, pois não se trata de apresentar argumentos para manipular o leitor a concluir o que apresento como hipótese. Minha pretensão aqui é chacoalhar as estruturas do campo de estudo em questão, com o intuito de abrir caminhos para novas expressividades; fazer pulsar o que parece engessado pelo tempo e pela manutenção dos privilégios sociais. Sigo os caminhos abertos pelos meus ancestrais e, movido pela potência da multiplicidade, pretendo somente deixar uma trilha para os que virão depois de mim: corpos dissidentes desbravando suas trajetórias singulares, no rastro da coletividade que nos une.

Vale ressaltar que falar sobre a *questão racial* é imprescindível para qualquer debate que se pretenda decolonial. Desde Césaire e Fanon, até Mbembe, todos os intelectuais que se dedicaram ao enfrentamento do Colonialismo sempre souberam que o marcador racial não pode ser negligenciado quando o assunto é a batalha contra os dispositivos de poder do sistema colonial, que se constituiu, desde o princípio, diretamente a partir da violência – material e subjetiva – contra os povos colonizados (em sua maioria, negros).

Levantada esta questão, resta-nos apresentar mais duas categorias que se entrecruzam com o debate racial, sobretudo quando direcionado para elementos advindos

das tradições religiosas afrodiáspóricas: o *corpo* e a *ancestralidade*. O desenvolvimento deste tópico se dará no segundo capítulo deste trabalho, a partir do diálogo transdisciplinar entre a História, a Filosofia, a Antropologia, as Ciências Sociais e a sabedoria ancestral dos povos de terreiro.

Por fim, construídas e apresentadas as bases teóricas da nossa pesquisa, ousarei propor o que, desde o início, foi o principal objetivo deste trabalho: *Como unir o conhecimento já instituído acerca do campo da conservação-restauração com as conclusões teóricas das discussões empreendidas no decorrer do texto? Ou, em outras palavras, como propor uma nova metodologia para a área, consoante com os anseios gerados pelo lugar subalternizante imposto aos povos dissidentes? De que forma podemos aplicar as técnicas da conservação-restauração em objetos cujas origens remetem a uma subjetividade intensamente marcada pela violência colonial? Quais intervenções podemos propor para que se construa uma nova metodologia e novas práticas de preservação, respeitando e dialogando com a subjetividade contida em cada objeto sagrado advindo da cultura afrodiáspórica?*

Enquanto superfície de inscrição dos afetos e da memória coletiva, que lugar o *corpo* pode desempenhar na formulação da interatividade entre um objeto exposto em um Museu e as pessoas que irão se comunicar com ele? Enquanto dimensão que materializa, movimenta, reconstrói e possibilita os devires, o *corpo*, em todas as suas formas, dimensões e conceitos, pode constituir um elemento a ser considerado na construção da nossa proposta metodológica? Caso a resposta a essa pergunta seja positiva, *de que forma e a partir de quais marcadores técnicos um profissional do campo da conservação-restauração pode intervir ativamente na preservação e no preparo de um objeto a ser submetido a esse tipo de interação?*

Em vista dos questionamentos levantados aqui, seguimos nossa jornada rumo à investigação proposta. Sendo este um trabalho destinado à conclusão do curso de Graduação, não será possível empreender uma extensa revisão bibliográfica, dadas as limitações da natureza desta pesquisa. No entanto, a construção do texto e da proposta metodológica encontram-se em total acordo com as referências citadas.

A delimitação do objeto e a problemática referente à relação deste objeto com a área de atuação serão submetidas ao crivo da aplicação prática, na tentativa de justificar as proposições apontadas no decorrer da pesquisa. A investigação acerca da natureza do

objeto elencado partiu de marcadores epistêmicos, como *origem, contexto social, localização geográfica, simbologia e representação*. O eixo orientador da hipótese metodológica é a capacidade de interação com o público e os caminhos que se apresentarão na relação subjetiva entre o objeto e os atravessamentos afetivos gerados a partir da experiência interativa.

A prova maior de que esta pesquisa não é destinada somente aos grupos sociais dissidentes, mas sim ao público geral, é a forma como ela se inicia. O primeiro capítulo é inteiramente dedicado às questões formais da conservação-restauração e, somente a partir do segundo capítulo, iremos inserir o debate decolonial e os saberes dos povos de terreiro.

Metodologia

A metodologia desenvolvida no presente trabalho foi empregada a partir de uma abordagem qualitativa, visando à construção de caminhos possíveis dentro do campo da conservação-restauração, para a compreensão teórica e o manuseio prático de objetos oriundos da cultura afro-brasileira diaspórica. A temática proposta nesta pesquisa se refere à preservação e exposição museológica de itens sagrados do Candomblé de origem nagô, independente de se tratarem de objetos autênticos – diretamente sacralizados – ou de representações (materiais e/ou simbólicas) dos mesmos.

O objeto escolhido para representar nossas hipóteses de pesquisa é “*O Altar Ao Rei Xangô do Reino de Oyó*”, uma instalação do Museu Afro Brasil, criada por Emanuel de Araújo – sob a execução de Antônio Miranda –, que representa um altar sagrado pertencente ao Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, localizado na Bahia.

A referida obra foi elencada como representante das ideias apresentadas nesta investigação devido às suas dimensões estética e simbólica, bem como por sua natureza física, subjetiva e espaço-temporal. Através dela, vemos a religiosidade afro-brasileira de origem nagô sendo apresentada ao público de forma lúdica e afetiva, operando um deslocamento de espacialidades e temporalidades ao reproduzir, em um museu localizado na cidade de São Paulo, um objeto sagrado que reside em um terreiro baiano – aludindo, ainda, à ancestralidade africana.

Na primeira etapa do trabalho, apresentamos, através de uma *revisão bibliográfica*, o contexto geral da nossa área, pensando no panorama teórico e metodológico da conservação-restauração, apontando dados e desenvolvendo hipóteses, com base em questões históricas, sociais e culturais, passíveis de um debate interdisciplinar. Buscamos o desenvolvimento de ações que podem orientar uma prática mais inclusiva e democrática da conservação-restauração, bem como um olhar mais crítico sobre a formação dos profissionais da área.

Partindo de algumas *visitas técnicas* ao museu e de *entrevistas* com sacerdotes e adeptos do candomblé (que optaram por não se identificar), pude constatar a importância de trazer para os espaços públicos e para o debate artístico elementos (materiais e imateriais) advindos de culturas consideradas dissidentes, dada a importância inestimável de gerar representatividade e de construir um território de intersecção entre a cultura afro-brasileira e as instituições – representantes oficiais dos poderes hegemônicos que atuam na nossa sociedade.

1- A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO

Nesta seção serão debatidas questões conceituais referentes à conservação-restauração dentro de um recorte hegemônico do pensamento, tendo por objetivo reunir as principais definições e categorias da área, de acordo com as normas já estabelecidas, para delimitar o campo segundo as instituições que regulam sua atuação.

Este levantamento será necessário para identificar o que se entende por conservação-restauração, compreendendo que seus conceitos, teorias e normas encontram sua origem em instituições localizadas no hemisfério norte e possuem um caráter filosófico culturalmente ocidental – o que, por si só, já aponta para a urgência do debate proposto nos demais capítulos deste trabalho. Ao desenvolver esta análise, portanto, estaremos delimitando o que se entende por conservação-restauração formalmente nos dias de hoje.

Esta pesquisa tem por objetivo principal investigar a aplicabilidade das medidas de preservação originárias de determinado berço cultural a um objeto de origem distinta. Para que possamos estabelecer essa análise, serão debatidas, igualmente, diversas correntes de pensamento, desde as teorias clássicas acerca da conservação-restauração, até as correntes consideradas “marginais” ao campo, desde que estejam em consonância com as aspirações teóricas propostas no início deste trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa investigativa, as reflexões aqui apresentadas terão caráter preventivo, como uma proposta de avaliação das dimensões sociais e filosóficas de determinado objeto, buscando, assim, construir uma metodologia adequada às demandas do século XXI, no contexto do seu movimento de resistência e luta pela diversidade.

Enquanto orientação geral da nossa pesquisa, a busca pela inclusão de uma nova categoria ao campo da conservação-restauração se mostra como eixo norteador para o desenvolvimento do trabalho. No entanto, ao abordar *a historicidade e a dimensão subjetiva dos objetos*, não buscamos romper com as categorias já estabelecidas, mas ampliar o campo de atuação dos profissionais da área e reconfigurar o manejo dos objetos, prezando pela preservação das culturas originárias e diaspóricas.

A delimitação conceitual do campo da conservação-restauração será realizada a partir das definições desenvolvidas por alguns órgãos reguladores, considerando, a priori, o ponto de vista hegemônico do que se considera como definição básica da área e como ela se constitui em grande parte dos lugares destinados à preservação da memória. No entanto, mediante a necessidade de proteger o objeto de intervenções que possam ferir sua subjetividade e colocar em risco o conjunto de saberes que a formam, ao longo desta pesquisa diversas dimensões do pensamento serão abordadas no debate acerca da salvaguarda do patrimônio.

Nesta seção, contudo, faremos somente um breve apanhado do campo, para que seja possível situá-lo historicamente, realizando um mapeamento teórico da conservação-restauração e revisitando fontes teóricas clássicas, capazes de guiar grande parte das ações da área e conferindo-lhe o status de “campo do conhecimento” dentro da academia.

1.1 Breve itinerário histórico sobre a conservação-restauração

Conhecer o decurso histórico da conservação-restauração, no caso específico desta seção da pesquisa, não se presta à realização de uma análise profunda de todas as etapas de evolução da área no decorrer da história, mas se faz necessário para que possamos identificar a linguagem corrente e algumas das principais abordagens teóricas referentes ao campo, não deixando margem para dúvidas em relação à natureza deste trabalho e à delimitação de sua problemática. Buscaremos, através dessa revisão histórica da conservação-restauração, semelhanças ou disparidades entre o pensamento já instituído e os questionamentos levantados nesta investigação, identificando os pontos de tangenciamento entre as teorias vigentes e as propostas aqui apresentadas.

A escolha de introduzir a tarefa de delimitar termos, conceitos e temas da conservação e da restauração de bens culturais se fez por saber que os aspectos orgânicos do patrimônio cultural exigem uma revisão geral, para que se mostrem possíveis algumas reformulações e atualizações. Este recorte é necessário, portanto, para que possamos nos debruçar sobre questões básicas do campo e identificar seus objetos de interesse, compreendendo suas raízes culturais e permitindo um equilíbrio entre as técnicas de

preservação e as singularidades dos objetos que estarão sob a guarda dos profissionais da conservação-restauração. Como mencionado anteriormente, não é do interesse desta pesquisa se prolongar nas investigações históricas, mas apenas identificar estes temas no curso do tempo até ser possível reconhecer nosso objeto de interesse dentro de uma vertente teórica bem delimitada.

O que atualmente se compreende como *bem cultural* teve origem no que antes se conhecia por *monumento artístico-cultural*. A ideia de monumento sofreu alterações significativas durante o Renascimento, evidenciando, segundo González-Varas (2000, p. 27), os primeiros indícios de uma nova relação com a Antiguidade Clássica – relação essa permeada, a partir daquele momento, por uma consciência temporal expandida. Tal compreensão só foi possível por ser o Renascimento o berço de um novo paradigma intelectual, um marco no pensamento moderno.

As novas fronteiras racionais, sociais e filosóficas estabelecidas durante este período possibilitaram releituras e reinterpretações do mundo e da história com aspirações inovativas. A sociedade moderna parecia não encarar a realidade a partir dos mesmos anseios (e receios) de seus antepassados. Portanto, revisitar os antigos escritos e conceitos se apresentava como uma alternativa para a reconfiguração das formas de vida construídas nos séculos anteriores. Dentro do conjunto de marcos sociais resguardados pela história e pela memória coletiva, podemos ressaltar a importância do monumento como objeto/conceito indispensável à construção desta seção.

Sobre o conceito de monumento, Riegl (2014, p. 31) o define da seguinte forma:

...no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos).³⁵

Este conceito nos permite compreender o monumento como uma evidência de qualquer experiência social, uma passagem histórico-temporal. Na obra de González-Varas podemos encontrar a definição de *monumento* como vestígio do tempo na forma de “testimonio del pasado romano que se redescubre ahora bajo ricas y complementarias

³⁵ (RIEGL, 2014, p. 31).

dimensiones”³⁶ (2000, p. 27). Apesar de um argumento ancorado na experiência renascentista, entre os séculos XV e XVI, essa concepção do monumento permanece atual e aplicável.

A tomada de consciência acerca da relevância histórica dos monumentos permitiu que teóricos dedicassem esforços em produzir conteúdo a esse respeito, sendo capazes de recontar e registrar as passagens humanas de acordo com objetos, edificações e quaisquer tipos de evidências do passado que pudessem ser identificadas e endereçadas a um período/grupo específico. Estes bens passam, daquele momento em diante, a possuir caráter de "reflexión y de contemplación"³⁷, carregados de sentido histórico; verdadeiros representantes de “acontecimientos pasados y hechos memorables”³⁸.

As formulações apresentadas demonstram uma mudança de paradigma conceitual do que se compreendia por monumento, antes interpretado a partir da sua materialidade, porém, daquele momento em diante, compreendido como um complexo histórico-artístico-temporal. São estas novas estruturas conceituais que permitiram aos artífices desenvolverem os princípios da conservação e da restauração destes objetos, levando em consideração a continuidade destes símbolos no tempo, ao considerar sua importância social junto aos seus grupos de pertença.³⁹

Na obra de Beatriz Kühl (2005) encontramos passagens que afirmam também ser entre os séculos XV e XVIII – tendo início durante a revolução racional do Renascimento – que as estruturas do que hoje se conhece por conservação-restauração se concretizaram.⁴⁰

³⁶ testemunho de um passado romano, que se redescobriu, naquele momento, sob novas dimensões.

³⁷ (GONZÁLES-VARAS, 2000, p. 28).

³⁸ (GONZÁLES-VARAS, 2000, p. 28).

³⁹ “intervenções em obras de épocas passadas deixam de ter como moventes questões de ordem essencialmente prática e utilitária e começam a ter motivação cultural.” (KÜHL, 2005, p. 18)

⁴⁰ “noções que floresceram, isolada e esporadicamente, a partir do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII (...) o respeito pela matéria original; a idéia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como um meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente.” (2005, p. 18-19)

Foi, porém, durante o Iluminismo que a preservação “de monumentos históricos assume significado essencialmente cultural, (...) pautado nos valores formais, históricos, simbólicos e memoriais, em contraposição às ações de cunho prático”⁴¹.

No rastro dos “debates gerados pelas aceleradas transformações decorrentes da Revolução Industrial e do abalo provocado pela Revolução Francesa”⁴², a “preservação vai se sistematizar, assumindo, de forma gradativa, uma maior autonomia e consolida-se como campo disciplinar autônomo”⁴³.

Uma observação perspicaz que podemos fazer a esse respeito é a de que os conceitos em torno da preservação se dão simultaneamente aos marcos sociais – fato que evidencia a relação entre diferentes áreas do pensamento. Essa premissa é de grande importância para compreender a natureza orgânica e mutável do campo disciplinar da preservação – no caso deste trabalho, tratado na dimensão da conservação-restauração –, que se desenvolve na medida da ressignificação dos símbolos produzidos pela sociedade.

No decorrer do século XIX (e partir dele), podemos notar a aparição de algumas correntes conceituais da conservação-restauração que serão tratadas aqui de forma breve, apenas com o intuito de apresentar as diversas dimensões do campo no decorrer do tempo. Estas formulações podem ser compreendidas como verdadeiros experimentos por parte de seus idealizadores/executores, que se debruçaram sobre o tema e sobre o ofício da preservação, levando em consideração as delimitações conceituais da época e as expectativas do período acerca de seus objetos e símbolos.⁴⁴

Dentre as principais correntes conceituais destacam-se alguns teóricos, como:

a. Eugène E. Viollet-le-Duc e a Restauração Estilística

Eugène E. Viollet-le-Duc foi um arquiteto, teórico e restaurador francês do século XIX, reconhecido como uma grande referência, mesmo que contraditória, do campo

⁴¹ (KÜHL, 2005, p. 19).

⁴² (KÜHL, 2005, p. 19).

⁴³ (KÜHL, 2005, p. 18).

⁴⁴ Este trabalho não tem a pretensão de escolher uma ou outra vertente conservativa de maior relevância, nem mesmo elencar todas as correntes existentes, uma vez que não é este o objeto da pesquisa.

teórico da restauração. Seu trabalho se tornou relevante por ser um dos primeiros teóricos

a

compilar por vez primeira de modo sistemático, amplio y coherente los principios de una teoría de restauración arquitectónica que ejemplifico de modo práctico en las intervenciones de los numerosos edificios medievales que estuvieron bajo su dirección.⁴⁵

Le-Duc prezava pela “pureza no estilo” da obra após o restauro. É da autoria de Le-Duc a definição de restauração concernente com a forma como ele conduzia suas intervenções e concebia seus projetos.

Segundo o arquiteto francês, “Restaurar un edificio no es mantenerlo, repararlo o rehacerlo, es restituido a un estado completo que quizás no haya existido nunca”⁴⁶. A reconstrução estilística da obra era essencial para caracterizar a restauração da mesma. Até acréscimos seriam considerados, levando em conta o estado mais “fiel” ao período histórico no qual a obra teve origem.⁴⁷

b. John Ruskin e a Restauração Monumental

Las apasionadas palabras de John Ruskin resonaron con vigor denunciando la mixtificación de los monumentos y postulando la ‘estricta conservación’ como el único instrumento legítimo para el cuidado de las obras de arte. El radicalismo del pensamiento de autor inglés le lleva a preferir la ruina del monumento al fraudulento ardid de la reconstrucción.⁴⁸

⁴⁵ Compilar pela primeira vez, de forma sistemática, abrangente e coerente, os princípios de uma teoria do restauro arquitetônico exemplificada, de forma prática, nas numerosas intervenções em edifícios medievais que estiveram sob seu comando. (GONZÁLES-VARAS 2000, p. 158).

⁴⁶ (GONZÁLES-VARAS, 2000, p. 159).

⁴⁷ “Ésta es la paradoja de la ‘restauración en estilo’, en cuanto propone la vuelta a un origen ‘más puro’ incluso del que fue el origen ‘auténtico’ de la obra de arte, esto es, no sólo recuperar la obra de arte *tal como fue* en su origen, cuando fue ideada y crada por sus artífices originales, sino *tal como debería haber sido*, en cuanto obra de arte ideal y perfecta.” GONZÁLES-VARAS (2000, p. 159). Esse é o paradoxo da 'restauração estilística', na medida em que propõe um retorno a uma origem 'mais pura', aquela que foi a origem 'autêntica' da obra de arte, ou seja, não apenas recuperar a obra de arte como era originalmente, quando foi concebida e criada por seus criadores originais, mas como deveria ter sido, como uma obra de arte ideal e perfeita (Tradução nossa).

⁴⁸ As palavras apaixonadas de John Ruskin ressoaram vigorosamente, denunciando a mistificação dos monumentos e postulando a "estricta conservação" como o único instrumento legítimo para o cuidado das obras de arte. O radicalismo do pensamento do autor inglês leva-o a preferir a ruína do monumento ao ardid fraudulento da reconstrução; (GONZÁLES-VARAS 2000, p. 193).

A passagem anterior é capaz de resumir objetivamente a intenção das teorias de John Ruskin sobre a preservação de bens culturais que, em oposição aos conceitos de Viollet-le-Duc, considerava as marcas do tempo como traços de valor de determinada obra e/ou objeto.

Os vestígios do tempo, segundo Ruskin, conferem ao monumento “valor substancial”⁴⁹. John Ruskin, enquanto teórico, recebe destaque por ser um dos primeiros a dotar as ações de conservação e restauração de múltiplas possibilidades, conferindo valor social⁵⁰ à execução de intervenções de preservação do patrimônio em oposição à ideia de um ofício com caráter meramente prático. De fato, se constituiu uma nova possibilidade de pensar a conservação e restauração de objetos, levando em consideração o valor do monumento em seu contexto social. Diferente de Le-Duc, Ruskin foi um crítico de arte inglês do final do século XIX, escritor e sociólogo, dedicado a uma ação de conservação visando manter intacto o estado da obra.

c. Camillo Boito e a Restauração Científica

El quiebro reflexivo de Camilo Boito consistió em definir una posición intermedia que, excluyendo las falsificaciones y evidenciando los añandios, admitía la legitimidade de la restauración contenida dentro de los limites de la estricta conservación del monumento-documento⁵¹

Prezando pela preservação e salvaguarda dos termos da autenticidade histórica e formal dos objetos a serem restaurados, Boito prezava por uma posição intermediária entre os dois anteriores, assumindo a pertinência em devolver à referida obra aspectos perdidos no curso do tempo, evitando a perda de sua totalidade, porém sem realizá-las de forma livre.

⁴⁹ (GONZÁLES-VARAS 2000, p. 193).

⁵⁰ (GONZÁLES-VARAS, 2000, p. 200).

⁵¹ A ruptura reflexiva de Camilo Boito consistiu em definir uma posição intermediária que, excluindo as falsificações e evidenciando os acréscimos, admitia a legitimidade da restauração contida nos limites da estricta conservação do monumento-documento; (GONZÁLES-VARAS 2000, p. 105)

d. Gustavo Giovannoni: Restauração Científica

Assim como Camilo Boito, o teórico Gustavo Giovannoni foi também reconhecido como um dos teóricos do que se conhece como ‘Restauração Científica’, porém, em alguns aspectos destoante dos tratados do primeiro autor.

Segundo Gonzales- Varas

La posición de Giovannoni, manteniendo las aportaciones boitianas en la materia, rechaza la falsificación del *ripristino*, pero flexibiliza los criterios al admitir la categoría de las restauraciones de renovación. A pesar de definir el estudio romano la restauración como una ciencia, como una disciplina exacta y rigurosa, encumbra la unidad y la armonía de la obra de arte como finalidad prevalente, de modo que en aquellos casos donde se tenga un organismo vivo y completo, la restauración que le restituya la armonía no sólo es oportuna, sino inexcusable.⁵²

e. Alois Riegl: e a teoria do Valor Monumental

A teoria de valor dos monumentos guiou a produção de Riegl a considerar que os diferentes aspectos do ‘monumento’ atribuindo valores a cada um e conseqüentemente compreendendo o ato de preservar de forma orgânica e mutável.

Sua ‘teoria’ da Conservação e Restauo tem esse componente radicalmente distinto: o giro metodológico de buscar os valores que orientam a sociedade. Reconhecendo sua historicidade e os conflitos e convergências das distintas procuras sobre os mesmos elementos. Tendo como premissas a atividade da cognição, sua natureza coletiva, a mutabilidade histórica, a manifestação em todo aspecto da vida humana, reflexo da vontade individual e grupal, compreendida por meio.⁵³

⁵² A posição de Giovannoni, mantendo as contribuições boitianas sobre o assunto, rejeita a falsificação do restauro, mas flexibiliza os critérios ao admitir a categoria de ‘restaurações de renovação’. Apesar de o estudioso romano definir a restauração como uma ciência, como uma disciplina exata e rigorosa, ele eleva a unidade e harmonia da obra de arte como finalidade predominante, de modo que nos casos em que há um organismo vivo e completo, a restauração que devolve a harmonia não é apenas oportuna, mas essencial; (GONZÁLES-VARAS 2000, p. 237)

⁵³ (PAZ, 2017, p.41-42).

f. Cesare Brandi: Restauro Crítico

Trazendo foco do ato de preservar como ato de reconhecer e se relacionar com a obra de arte segundo seus enunciados e suas essências.

a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.⁵⁴

O reconhecimento da obra de arte, por sua vez, é fruto da apreensão de suas partes, físicas e não, compreendendo que uma está condicionada a outra. Sendo a obra de arte resultado de uma justaposição existencial, Brandi então compreende o ato de restaurar em dois axiomas norteadores desta ação. O primeiro seria o de que “restaura-se somente a matéria da obra de arte”⁵⁵; o segundo que

a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da obra de arte no tempo.⁵⁶

g. Salvador Viñas: Teorias contemporâneas da Restauração e da Conservação

Sobre Salvador Viñas é importante ressaltar a importância de sua contribuição para os novos rumos do campo da Preservação Patrimonial, como também sobre a atuação do profissional Conservador-restaurador. Viñas postula, nos anos de 2003 e 2004, sua visão vanguardista sobre a ação da preservação.

O teórico encerra seu trabalho pontuando que a restauração está ligada não só à própria atividade – manutenção e recuperação -, como também à natureza simbólica do objeto, que é o suporte da sua “autenticidade”. Por isso, é o diálogo que irá determinar a validade da ação restauradora, buscando uma harmonia, dentro do possível, com o maior número de teorias.⁵⁷

⁵⁴ (BRANDI, 2004, p.30-31).

⁵⁵ (BRANDI, 2004, p.31).

⁵⁶ (BRANDI, 2004, p.33).

⁵⁷ (SOUZA; SÁ, 2015, p. 14).

Além dos teóricos apresentados, temos ainda documentos que desempenharam papel de grande relevância na condução do ofício da conservação-restauração ao longo do tempo e que, ainda hoje, servem como referencial teórico, fundamentando as ações de preservação nos mais diversos centros de preservação e guarda de bens culturais, como:

- a. Carta de Atenas, de novembro de 1933 - grande peso à importância do conjunto urbano - patrimônio arquitetônico - como testemunho da história e produção humana no curso histórico.
- b. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” no Brasil.⁵⁸
- c. Decreto-Lei Nº 2.809, de 23 de Novembro de 1940 – que “Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” no Brasil⁵⁹
- d. Recomendação Paris Paisagens e Sítios, de dezembro de 1962 –

a salvaguarda das paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuírem para a vida artística e cultural dos povos, como demonstram inúmeros exemplos universalmente conhecidos.⁶⁰

- e. Carta de Veneza, de maio de 1964 - “A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguarda tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.”⁶¹
- f. Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas, de novembro de 1968 - Em linhas gerais o documento fala sobre a produção humana, sua relevância a respeito dos processos identitários, históricos, culturais e, conseqüentemente, sobre a

⁵⁸ (LEITE, 2011, p. 21); Importante ressaltar que o no mesmo ano, alguns meses antes, era promulgada Lei Nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, Artigo 46, que cria o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pelo “tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.” (BRASIL, 1937).

⁵⁹ (BRASIL, 1940).

⁶⁰ (SOCIEDADE DAS NAÇÕES. 1962. p.1).

⁶¹ (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1964. p. 2).

- importância e urgência de preservar estes produtos que são “(...) produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado (...)”⁶²
- g. Carta do Restauro, de abril de 1972 - O documento lista os diferentes tipos de bens culturais, de natureza material, e traz definição sobre as ações de preservação, a salvaguarda, definida como “qualquer medida de conservação que não implique intervenção direta sobre a obra” (ITÁLIA, 1970, p.1), e a restauração, definida como “qualquer intervenção destinada a manter o funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos” (ITÁLIA, 1970, p.2).
 - h. Carta de Burra, de 1980 - A carta se propõe a dar definições a respeito dos temas e termos do campo da proteção e salvaguarda patrimonial, delimitando, como produto do encontro, o que cada uma das ações realiza.
 - i. Carta de Florença, de maio de 1981 - Aqui o tema da salvaguarda de jardins e espaços naturais passa por reflexão. A carta define ‘jardins históricos’ como ‘monumento’, e como tal deve ser salvaguardado, conforme o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como Monumento Vivo, sua salvaguarda requer regras específicas, que são objeto da presente carta.”⁶³
 - j. Constituição Federal de 1988 - Apesar de podermos listar alguns outros documentos, encontros e movimentos, é na Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 215 e 216, que encontraremos as bases para as futuras ações de proteção patrimonial em âmbito Nacional. A constituição versa, pela primeira vez, temas como salvaguarda, “valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988), trazendo luz para debates a respeito da diversidade cultural da nação e a importância de sua preservação. Ressalto aqui o primeiro inciso do artigo 215 que diz “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e **afro-brasileiras**, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”⁶⁴ (Grifo nosso); as ações de acatamento e

⁶² (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1968, p.1).

⁶³ (ICOMOS, 1981, p.1).

⁶⁴ (BRASIL, 1988).

salvaguarda do patrimônio cultural de propriedade dos povos tradicionais encontra aqui a base de suas ações futuras⁶⁵.

Ainda que as origens da concepção moderna de conservação-restauração como campo autônomo se deem no Renascimento (e, portanto, possuam características flagrantemente eurocêntricas), convoco meus leitores a pensarem a respeito da trajetória do campo até os dias de hoje, a partir do pensamento de autores como Riegl, que, no decorrer do século XIX, empreendeu passos fundamentais para consolidar a preservação de bens culturais como um campo disciplinar autônomo.

Conceituando a restauração como o ato a partir do qual pode-se reconhecer um objeto ou uma obra como algo coletivamente relevante, do ponto de vista histórico e social, vemos que o ofício do conservador-restaurador passa, inevitavelmente, pela relação com o berço de origem do objeto/obra a ser preservado(a), caso contrário se trataria de uma intervenção arbitrária, destituindo o objeto das características subjetivas (e até materiais) que o relacionam à sua cultura.

Esse ponto de vista a respeito do campo é, portanto, indissociável das concepções do historicismo, a partir do qual compreendemos que o tempo é contínuo e jamais poderia retroceder. Dessa forma, fica claro que cada momento histórico pelo qual um objeto passa concede uma legitimidade intrínseca a ele, ao passo em que os acontecimentos são, por definição, únicos e não passíveis de reprodução.

Seguindo essa lógica de pensamento, parece coerente que, tal como pretendia Ruskin, as marcas da existência de determinado objeto ao longo do tempo devem passar a integrar o conjunto da obra na forma como ela se apresenta para a sociedade. Assim, sua integridade passa a se sobrepôr ao seu estado, independente das marcas que o passar dos anos possam lhe ter conferido. Ruskin se opunha, portanto, à “restauração estilística” de Le-Duc, propondo um modelo de restauro que podemos chamar de “histórico-cultural”.

O ato de restaurar um objeto não significa, necessariamente, trazer o passado para o momento presente através do contato direto com aquilo que o representa. É preciso ter

⁶⁵ Outro marco que, anterior à Constituição de 1988 é testemunho do esforço público para a proteção de patrimônio cultural de propriedade dos povos tradicionais de matriz africana é o Tombamento do Terreiro da Casa Branca, localizado em Salvador, na Bahia. Ver Serra (2008).

cuidado para não cair no anacronismo de acreditar ser possível realizar uma “intervenção temporal” em um objeto, deslocando-o de seu tempo para o nosso integralmente. O restauro deve ser compreendido como um processo crítico e, também, criativo, a partir do qual o profissional do campo intervém em uma obra dentro de dois marcos temporais distintos: o passado e o presente.

É, então, partindo da constituição subjetiva do profissional conservador-restaurador que ele irá acessar o passado através de algo que sobreviveu ao tempo e que, por si só, já é constituído por uma subjetividade própria (a do seu tempo e de sua cultura). Através da associação entre essas duas subjetividades – a do objeto e a do profissional que o maneja – poderemos construir o fruto dessa herança do passado.

O ofício de conservar e restaurar, portanto, se mostra como uma ação que está, necessariamente, para além dos elementos técnicos, pois se trata de um encontro entre duas subjetividades, gerando um momento de individuação e que, ao ser apresentado ao público (através de exposições), irá deflagrar novos processos de individuação.

Cada interação entre o público e o objeto exposto está sujeita a um atravessamento afetivo que, por sua vez, já resulta da relação entre o passado – representado pelo objeto – e o presente – representado na figura do profissional conservador-restaurador.

Partindo do ponto de vista explicitado e, com base em autores como Cesare Brandi, Renato Bonelli e Giovanni Carbonara, podemos identificar o ato do restauro como uma atividade cultural, visto que se estabelece enquanto desdobramento de um contato entre duas subjetividades constituídas histórica e socialmente.

Beatriz Kühl endossa a referida concepção ao afirmar uma necessidade de distanciamento entre o campo da conservação-restauração e o pragmatismo que limita o alcance da metodologia da área. A autora disserta, ainda, sobre uma proposição de Riegl, que trata da delimitação de casos. Para os referidos pensadores, não se pode esperar uma hierarquização na escolha dos objetos/monumentos a serem preservados, a partir do reconhecimento de momentos históricos de maior ou menor relevância dentro dos estudos acadêmicos.

Para Riegl, cujo pensamento é retomado por Kühl, todas as evidências do passado e testemunhos do fazer humano devem ser tratados como igualmente relevantes. Riegl e Kühl sugerem um afastamento da compreensão dos resquícios históricos como bens tutelados unicamente pela história da arte e salientam que os valores atribuídos aos

objetos advindos do passado devem ser relativizados e constantemente reconstruídos por meio “das formas de recepção, percepção e fruição dos monumentos” (KÜHL, 2008, p.20).

Dentro dos cursos de graduação e pós-graduação em História, a análise de fontes patrimoniais passa, necessariamente, por um estudo aprofundado de inúmeros marcadores epistêmicos que configuram o contexto histórico no qual determinado patrimônio se origina. Seria imprescindível, portanto, considerar a sociogênese de cada objeto no decorrer do processo de preservação e restauro para que fosse possível falar em uma metodologia para a conservação-restauração capaz de abarcar a complexidade cultural que constitui cada fragmento do passado. No entanto, como demonstram os autores debatidos, para além da origem cultural dos objetos a serem preservados e restaurados, há de se considerar também as metamorfoses culturais ocorridas no decurso do tempo.

Tal concepção converge para o que já havíamos exposto alguns parágrafos acima: o ofício da conservação e do restauro devem ser compreendidos como uma tarefa “política” ao passo que assumem características não-lineares e em constante transformação, inevitavelmente alinhadas com a origem do objeto e, ainda, com a subjetividade de ambos, objeto e profissional conservador-restaurador que, assim como os monumentos do passado, é também um “filho do seu tempo”.

A multiplicidade constituinte de um monumento histórico – material ou imaterial – apreende dimensões das mais variadas, apesar de seu caráter essencialmente cultural (de acordo com as referências aqui citadas). Sua constituição, ao mesmo tempo *estética* e *histórica*, aponta para a necessidade da interdisciplinaridade em sua leitura e manejo, mas não a destitui de suas características primárias, sendo fundamental que o profissional da conservação-restauração esteja preparado para atribuir-lhe valores simbólicos com base na *temporalidade* e na *espacialidade* sob as quais o objeto se identifica e o profissional o reconhece, a partir de seu próprio referencial teórico e subjetivo.

Para Cesare Brandi, um monumento histórico não pode ser compreendido meramente como um desdobramento dos processos que o constituem, mas sim como “*o processo em si mesmo*”. Tal pensamento nos alerta para o caráter dinâmico e intrinsecamente interativo de qualquer resquício deixado pelo passado.

A compreensão da conservação-restauração enquanto intervenção teórico-metodológica em um monumento de caráter dinâmico suscita alguns questionamentos: no caso específico da nossa pesquisa, como podemos nortear a investigação acerca da salvaguarda de objetos de origem afrodiaspórica em território brasileiro? Como a conservação-restauração se delineou ao longo do tempo no nosso território?

Parece ser o caso de tentar compreender, ainda nesta seção do trabalho, os marcadores espaciais e temporais que podem ser aplicados em uma metodologia específica voltada para o objeto delimitado aqui.

1.2 Patrimônio cultural brasileiro: breve contextualização histórica da fundação do campo da conservação-restauração no Brasil

À parte da trajetória apresentada no início deste capítulo, pensaremos aqui, brevemente, no panorama da conservação-restauração em solo brasileiro e em suas metamorfoses no decorrer da nossa história.

As singularidades do campo da conservação-restauração no Brasil e seus objetos de interesse estão intimamente atrelados às questões referentes ao patrimônio nacional. Assim como grande parte da produção intelectual brasileira, os debates acerca do patrimônio no Brasil são marcados por tensões e conflitos de todas as ordens, sendo atravessados pela complexidade do processo de definição do conceito de patrimônio, cujas primeiras políticas públicas endereçadas a tal finalidade tiveram início na década de 1930 – data que coincide (não à toa) com a criação das nossas primeiras universidades (UDF E USP) e com a eclosão do Movimento Modernista no país, iniciado poucos anos antes, em 1922.

Nesta época o Brasil passava por um processo de busca de uma identidade nacional, mas que se configurava a partir de inúmeras frentes distintas, com perspectivas, muitas vezes, antagônicas. No decorrer dessa trajetória sociopolítica, vários campos do conhecimento se estabeleceram enquanto formato hegemônico dentro do panorama do pensamento nacional e a delimitação do conceito de patrimônio foi “disputada” por diferentes áreas, como a Arquitetura, a Antropologia, as Artes e a História.

Mário de Andrade, um dos principais ícones intelectuais e artísticos do Movimento Modernista no Brasil, acabou por tomar à frente de algumas ideias que vieram a se estruturar enquanto políticas públicas na década de 1930, durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas. Enquanto agente do poder público, Mário de Andrade tornou-se um catalisador da cultura brasileira, promovendo movimentos artísticos e intelectuais que, ao longo do tempo, acabaram por nortear grande parte das concepções ainda correntes acerca da cultura e da famigerada subdivisão entre cultura formal x cultura popular.

Mário de Andrade contribuiu para a delimitação hegemônica (de caráter científico) do que seria compreendido como *Cultura Brasileira* e lançou as bases do que viria a ser considerado como *patrimônio* e *cultura* – noções que acabaram por fundamentar o projeto de criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável, na época, por edições, preservações e tombamentos, abrangendo quase três gerações de historiadores, arquitetos, restauradores e críticos de arte.

Legalmente, a salvaguarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi assegurada pela Constituição de 1934, cujo plano foi elaborado por Mário de Andrade, que, na data mencionada, era Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo. O SPHAN foi formalizado em 1937, publicado no Diário Oficial da União, e reformulado em 1981, tendo sido transformado em subsecretaria ministerial. Atualmente, após a recente re-criação do Ministério da Cultura, (após quatro anos extinto enquanto ministério e transformado em subpasta sem orçamento próprio sob o governo de Jair Bolsonaro), tomou a forma de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O projeto totalitário de nacionalismo cunhado pelo Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas, divergia qualitativamente das aspirações populares acerca da Cultura Brasileira que, nessa época, era representada pelas figuras de Mário de Andrade e de demais ícones do Movimento Modernista Brasileiro. O fundamento do Estado Nacional havia sido cunhado sob as bases do catolicismo tradicional e ia contra toda e qualquer manifestação cultural religiosa popular. Afora tal questão, é válido ressaltar que, embora o debate racial tenha sido amplamente levantado pelos intelectuais modernistas, a representatividade sempre foi duvidosa no movimento, cujas obras mostravam imagens ainda substancialmente estereotipadas das populações originárias e afrodiáspóricas.

Em 1937 temos a fundação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1953 o Ministério da Saúde torna-se autônomo e nasce o MEC (Ministério da Educação e Cultura). Em 1958 é criada a CDFB (Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro), vinculada ao MEC, assim como outro Departamento, o Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, em 1975, já sob o governo ditatorial, nasce o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), que se encontrava, no entanto, distanciado dos ditames institucionais do MEC. Data também do mesmo ano (1975) a criação da Funarte (Fundação Nacional de Artes), à qual foram incorporados inúmeros projetos relativos à preservação da cultura popular brasileira.

Enquanto proposta de ação, o CNRC apostava na junção entre cultura e desenvolvimento, utilizando como parâmetro os PND's (Parâmetros Nacionais de Desenvolvimento), propondo uma descentralização dos recursos destinados à cultura e sua ampliação para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ocupando a frente das discussões Patrimoniais dentro das instituições formais da política brasileira no interior da Ditadura Militar, Aloísio Magalhães, então mentor do CNRC, assume, em 1979, a direção do IPHAN, ocasionando a fusão entre as duas organizações. No entanto, somente ao final da Ditadura Militar, com a criação da Constituição Federal de 1988, vemos um alargamento do conceito de Patrimônio, efetuando também uma separação entre patrimônio material e imaterial.

Ao longo do percurso de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, a etnografia e os estudos patrimoniais relativos à cultura popular brasileira tomaram um rumo bastante excludente, apesar dos esforços contrários de inúmeros intelectuais, afastando-se cada vez mais dos interesses dos povos dissidentes. Apenas entre as décadas de 1980 e 1990, iniciou-se, no Brasil, um movimento de patrimonialização dos monumentos advindos da Cultura originária e afrodiáspórica. No entanto, as narrativas hegemônicas permanecem tentando impor sua visão de mundo, através de todos os dispositivos de poder e cabe a todos, mas principalmente a nós, indivíduos de origem e trajetória não-normativas, lutar pelo protagonismo nos espaços institucionais e de circulação de saber.

Como dito anteriormente, não tenho por pretensão nesta pesquisa pormenorizar todas as questões referentes aos conceitos de patrimônio, monumento e cultura⁶⁶, dada a natureza limitada do trabalho, enquanto requisito para conclusão de curso de graduação. Minha proposta é, tão somente, levantar apontamentos que podem ser melhor desenvolvidos futuramente, por mim ou por qualquer estudante/profissional.



⁶⁶ Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais / "o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas assim como as criações anônimas surgidas da alma popular".

2 – A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AFRODIASPÓRICO

Neste capítulo e no próximo irei retomar – agora a título de desenvolvimento – alguns questionamentos e apontamentos apresentados na parte preliminar do trabalho a fim de que possamos revisitar nossas hipóteses iniciais e começar a definir caminhos possíveis para a construção de uma proposta metodológica. Ainda que não se trate de uma contribuição inédita para o campo do pensamento, acredito que algumas das justificativas para a elaboração desta investigação se ancorem na representatividade enquanto motor para a transformação da realidade.

O filósofo alemão Walter Benjamin falava em escovar a História a contrapelo. A importância de atentar para os afazeres cotidianos como caminho para escutar e compreender as outras vozes, além da perspectiva do fragmento como miniatura capaz de desvelar o mundo, é a chave para a desamarração do campo⁶⁷

Na qualidade de “coisa pequena” no mundo infinito que é o pensamento, este trabalho nasce, cresce e agora vira do avesso para ouvir e tentar compreender outras vozes que ecoam através do tempo contando e recontando o inesquecível episódio de violência que foi – e continua sendo – a colonização.

Minha proposta é colaborar com a incorporação de discussões decoloniais no campo da conservação-restauração, provocando uma reflexão acerca da possibilidade de inserção de grupos culturais dissidentes nas malhas institucionais da nossa área do conhecimento; não somente ocupando cargos, mas construindo narrativas na perspectiva de alteração dos consensos vigentes.

No centro dos debates acerca da multiplicidade de perspectivas que podem compor um único plano do pensamento, a musealização do patrimônio afrodiaspórico ganha contornos mais nítidos à medida em que avançamos na compreensão das estruturas históricas e filosóficas que sustentam as instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio brasileiro.

Um dos primeiros obstáculos já começam a ser superados: as fronteiras teóricas, que opunham cultura erudita e cultura popular no contexto da academia, estão ruindo,

⁶⁷ (SIMAS, 2019, p.10).

abrindo espaço para o fortalecimento do protagonismo de sujeitos e grupos socialmente marginalizados – o que ameaça diretamente a manutenção de privilégios, ao confrontar o formato do que conhecemos hoje como “museu”, em suas dimensões estética e espacial.

A relação entre a instituição “museu” e os detentores dos bens culturais é pretensamente contratualista, embora, na prática, não seja, de fato, uma relação, mas um contato historicamente opressivo, à medida em que se trata de um espaço erigido, originalmente, não apenas a partir de doações, mas também de espólios de guerras e invasões.

Atualmente, já começamos a falar sobre a gestão museológica em redes, muito embora estas redes não tenham chegado a ultrapassar o circuito institucional hegemônico até então. Museus são, ainda nos dias de hoje, espaços intrinsecamente coloniais e sua sociogênese já pressupõe um antagonismo entre a estrutura que o engendra e os povos detentores dos objetos.

Sendo a conservação um dos pilares constitutivos do museu, podemos compreendê-la como uma prática gerada a partir de uma estrutura colonial; não apenas no que se refere aos seus fundamentos teóricos, mas também – e sobretudo – no que tange à sua temporalidade e espacialidade.

Mudimbe vai além: para o filósofo congolês, os museus são responsáveis não apenas pela manutenção dos dispositivos de poder – ao representar, espacial, estética e discursivamente o sistema colonial –, mas devem ser percebidos, ainda, como instituições responsáveis por ajudar a *construir* uma parcela significativa do colonialismo.

Ao analisar materialmente o fenômeno da apropriação cultural dos povos negros pela Europa, Mudimbe⁶⁸ ressalta que os invasores europeus usaram os museus como ferramentas diretas de produção de discursos subalternizantes acerca dos povos colonizados, manejando os acervos – repletos de objetos literalmente roubados – de forma a incitar a configuração de um ponto de vista específico, que veio a se tornar hegemônico. Trata-se da construção do “outro” a partir de um esvaziamento de sentido; do ato de invisibilizar a dimensão simbólica de um bem cultural através de uma ressignificação compulsória.

⁶⁸ MUDIMBE, 2019, p. 50.

Seguindo o mesmo viés de pensamento, porém, analisando a questão a partir de um outro plano, podemos citar o pensamento de Achille Mbembe⁶⁹, que desconfia do “súbito interesse” da sociedade branca eurocristã pelas manifestações culturais afrodiáspóricas, a partir do século XX e começo do século XXI.

Para Mbembe, à medida em que a Modernidade e a Contemporaneidade faziam ruir as certezas, lançando a humanidade em uma vertiginosa teia tecnológica, ainda desconhecida e apavorante, a apropriação do pensamento e dos modos de vida originários e afrodiáspóricos ofereceu um “lugar de conforto existencial.

A figura da África enquanto reservatório de mistérios representa, no fundo, o discurso ocidental do desejo da festa feliz e selvagem, sem entraves, nem culpa, a demanda de um vitalismo sem consciência do mal- desejo que obcecava a Europa do pós-guerra. (MBEMBE, 2014, p. 74).

Tal pensamento implica em conceber o patrimônio cultural afrodiáspórico enquanto mais um bem de consumo, cujo valor – material e simbólico – permanece sendo atribuído pela sociedade ocidental branca, que também detém o poder de manejar, “preservar” e definir os espaços que serão ocupados pelos objetos. Por isso, acredito que a gestão de objetos etnográficos deve impor outra dinâmica de gestão, uma vez que não podem ser tratados como bens isolados de seu berço de origem, sendo objetos representativos, cujo manejo exige uma leitura subjetiva e sensível de sua carga simbólica.

Acredito que monumentos de origem distinta daquela que se propõe enunciá-los devem ser mantidos sob cuidado compartilhado entre as instituições de guarda e seus detentores. Este seria um passo à frente da gestão em redes e pressuporia um processo de guarda conjunta, oferecendo uma nova relação entre estes espaços historicamente dominantes e os objetos advindos de situações de invasão e violência cultural.

Assumir que o museu, em sua estrutura fundadora – e ainda em voga – é capaz de cumprir sua função independentemente da sociogênese e das metamorfoses culturais do seu acervo seria presumir que todo bem cultural possui a mesma natureza e as mesmas bases ideológicas. No entanto, acreditar que o museu tenha sido pensado de forma abrangente o suficiente para abrigar todos os tipos de objetos também é uma inverdade.

⁶⁹ MBEMBE, 2014, p. 67.

A violência colonial que cerca a história dos museus – sobretudo no Brasil – justifica, por si só, a necessidade de repensar as abordagens destas instituições no que se refere à salvaguarda dos monumentos – materiais e imateriais – advindos de outras matrizes culturais.

O conceito de continuidade, classicamente assumido para objetos⁷⁰ em lugares de guarda, deve ser reconsiderado uma vez que aquilo que se eterniza, nestes casos, são as matrizes culturais e seus desdobramentos, mas não propriamente os produtos físicos dela que, muitas vezes, podem ser perecíveis ao próprio uso de seus grupos originários.

Tendo em vista o panorama apresentado ao longo deste trabalho, é importante salientar que inúmeros grupos, formados por pessoas descendentes de etnias escravizadas durante a colonização e submetidas à forçosa travessia atlântica da diáspora, desempenham, nos dias de hoje, o papel legítimo de agentes responsáveis pela preservação e difusão de sua cultura, com trabalhos estruturados e executados por eles próprios, fora dos espaços institucionais, muitas vezes fazendo uso “apenas” de suas mentes e corpos para tal empreendimento, a partir da reapropriação do espaço urbano – território público e pertencente ao povo por direito – sem o respaldo teórico e metodológico da Academia, mas com a excelência de quem carrega em si todos os saberes e sentires de seus ancestrais.

Para que possamos pensar em uma metodologia para a conservação-restauração, capaz de abarcar todas estas sabedorias em seus processos de salvaguarda e divulgação, antes, é preciso compreender que este não seria um “favor” concedido aos povos dissidentes, mas, ao contrário, um empréstimo realizado às instituições por aqueles que, de fato, possuem o direito intrínseco e intransferível de zelar pelos seus bens culturais.

Narrar fatos da trajetória da humanidade, reconstruindo caminhos do processo evolutivo até as sociedades modernas compreende o cerne da questão para o pesquisador neste campo, para o qual todo objeto tem uma trajetória, uma biografia cultural a ser analisada.

A concepção de patrimônio – ou, ainda, de monumento – enquanto qualquer herança do passado, é atravessada, inevitavelmente, pela homogeneização cultural no

⁷⁰ Os objetos ligam mundos emocionais ao espaço mental dos indivíduos, caracterizando-se, entre funções e simbolismos, como verdadeiros predicados da cultura. (...) Examinar suas biografias significa realçar facetas culturais antes ignoradas nos objetos." (DOHMANN, 2014, p.1).

decorrer do processo de incorporação institucional. A pretensão de colocar os objetos⁷¹ advindos das culturas dissidentes no centro dos debates acerca da conservação-restauração e incorporá-los aos processos museológicos deve partir de um reconhecimento dos indivíduos que representam essas culturas como sujeitos ativos na construção e manutenção da sua história e da memória coletiva que circunscreve seu povo em determinada territorialidade.

É imprescindível lembrar que a memória – sobretudo, quando referida ao episódio colonial – não contém em si traços apaziguadores: é afetiva, sensível e carregada de projeções simbólicas não-passíveis de “domesticação”. Tal premissa se desenrola na ideia de que a dicotomia estabelecida hegemonicamente entre materialidade e imaterialidade, no que tange aos bens culturais, pode vir a ser, no caso da cultura afrodiáspórica, uma construção ideológica falaciosa, sobretudo quando falamos sobre os objetos sagrados do Candomblé e sua musealização. Enquanto profundamente afetiva, a manifestação da memória no mundo não pode se limitar a categorias que a dimensionam enquanto “material” ou “imaterial”.

O espaço do museu, ao abrigar uma expressão afro-brasileira sagrada, abre-se às múltiplas formas de encantamento da vida. A “coisa-em-si” não nos interessa aqui, portanto, mas tão somente as dimensões simbólicas e representativas de cada objeto, em sua relação com o mundo. Isso não significa relegar a matéria ao segundo plano, mas abrir mão dessa dicotomia que opõe o material e o imaterial a esferas distintas do pensamento.

Para delimitar uma metodologia de preservação para objetos de origem no candomblé, é preciso, antes, compreender – ainda que brevemente, no caso desta pesquisa – a cosmogonia dos povos de terreiro e sua relação com os marcadores teóricos apresentados na parte inicial deste trabalho: *espacialidade*, *temporalidade*, *ancestralidade*, *memória* e, por fim, a relação dos povos tradicionais com o *corpo*, que transcende amplamente o domínio da matéria.

⁷¹ “Todo objeto conta uma história e, para isso, torna-se fundamental estudar os artefatos a partir das suas interações sociais. Nesse sentido, a trajetória dos objetos introduz uma interessante questão: a biografia dos indivíduos nos objetos. (...) Por trás de cada objeto há uma trajetória que, quando compartilhada, pode revelar muito sobre histórias pessoais, costumes e tradições. (...) Artefatos de uma coleção não são objetos inertes ou passivos, mas agentes interativos na vida sociocultural e cognitiva.” (DOHMANN, 2013).

A priori, faz-se necessário um ato de desapego em relação ao que concebemos, no ocidente cristão, como interpretação, lançando mão de um deslocamento epistemológico, com o objetivo de dar conta da prática ritualística nagô, que funciona a partir de uma refinada singularidade, atravessada não apenas por um sistema simbólico, mas por construções filosóficas autóctones – concebendo *filosofia* não apenas pelo ponto de vista intelectual, mas como prática existencial sócio-histórica.

Outro fator de grande relevância na investigação acerca dos modos de vida diaspóricos de origem afro no Brasil é o conceito de *comunidade*, como algo interior e exterior ao mesmo tempo, que pertence a todos e todas, mas não está, individualmente, em ninguém; um *real* impossível de se apreender em sua totalidade. Dentro deste complexo sistema, que é a comunidade no pensamento nagô, “o *corpo* configura-se como um microcosmo, com um virtual coração coletivo” (SODRÉ, 2017).

Atualmente, no Brasil, os principais espaços onde podemos encontrar essa organização comunitária de estrutura afro-brasileira (tanto de origem nagô quanto de demais nações africanas) são os quilombos e os terreiros. Quais seriam, portanto, os desdobramentos – necessários, possíveis e inevitáveis – de deslocar para o espaço do museu uma obra interativa advinda do referido berço de origem?

No ocidente cristão, o chamado “processo civilizatório” se constituiu através do monopólio dos dispositivos de poder (ferramentas da biopolítica e, atualmente, da necropolítica) pelos Estados Nacionais e suas instituições. A categorização de “Cultura”, portanto, apesar de todas as metamorfoses conceituais e sócio-históricas sofridas ao longo do tempo, está intimamente atrelada à ideia de “civilização”, enquanto modelo ocidental de repressão das paixões, dos processos sensíveis e de regulação das pulsões, impondo-se, enquanto disciplina intrínseca ao modo de vida colonial.

Seguindo esse ponto de vista, podemos concluir que a estrutura familiar – e, conseqüentemente, a configuração corporal – diaspórica pode ser considerada um espaço anárquico no interior do regime ocidental, o que implica em um conflito subjetivo entre os indivíduos e a sua corporeidade, além de uma experiência de desterritorialização.

Um claro exemplo desse outro tipo de configuração simbólica é oferecido pelo pensamento nagô, que atesta e continuamente confirma a presença na história nacional de um complexo paradigma civilizatório, diferencialmente distante

do modelo europeu centrado nos poderes da organização capitalista e da racionalidade dos signos⁷²

Trazer um objeto sagrado do candomblé para dentro do museu implica, portanto, em uma experiência de deslocamento e ressignificação temporal, espacial e – por que não dizer? – corporal. Neusa Santos Souza, uma Psiquiatra e Psicanalista brasileira, em sua obra mais famosa, “*Tornar-se Negro*”, atenta para o fato de que, para além da violência física, a violência simbólica do colonialismo assenta-se na separação (física e subjetiva) entre o indivíduo e sua comunidade; um longo processo de aculturação. O senso de pertencimento é abalado devido à dificuldade de acesso e de silenciamento, invisibilidade e mesmo de destruição aos objetos, símbolos, signos e manifestações culturais da ancestralidade afro-brasileira.

Enquanto focos de resistência da cultura afrodiaspórica – além dos grupos que lutam pela preservação da memória ancestral através de manifestações do que outrora fora chamado pejorativamente de *folclore* e, hoje, convencionou-se chamar de cultura popular (Capoeira, Samba, Jongo, Maracatu, etc) – as comunidades de terreiro recriam e preservam, a partir de uma organização litúrgica (*egbé*), o sistema simbólico nagô.

O resgate deste sentido de pertencimento é capaz de reconstruir subjetividades clivadas pelo racismo estrutural e restituir a *continuidade* de um povo. Nesse contexto, a organização formal do terreiro funciona como uma forma de manter, na dimensão da *temporalidade*, a potência dos acontecimentos primordiais mais significativos. Através de um sistema representacional, o candomblé opera uma reconstrução do espaço, cria sentidos e incide na duração.

Os saberes do povo de terreiro são transmitidos, via de regra, oralmente (a escrita não é uma ferramenta predominante na transmissão do conhecimento, neste caso) e o corpo desempenha, nos rituais do candomblé, um papel de protagonismo na liturgia e na preservação da cultura. Por estas razões – entre outras – a experiência interativa construída a partir da obra em questão (O Altar ao Rei Xangô do Reino de Oyó) constitui um exemplo metodológico aplicável que nos serve de modelo para repensarmos o papel do Museu na sociedade e as metamorfoses paradigmáticas referentes à conservação-restauração.

⁷² (SODRÉ, 2017).



3 - AÇÃO E MÉTODO: UMA NOVA PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO

A construção dos debates acerca da cultura afrodiaspórica enquanto um dos principais setores da “cultura brasileira” data da década de 1980, mais especificamente, 1988, após o tombamento do Terreiro da Casa Brasa (em 1986).

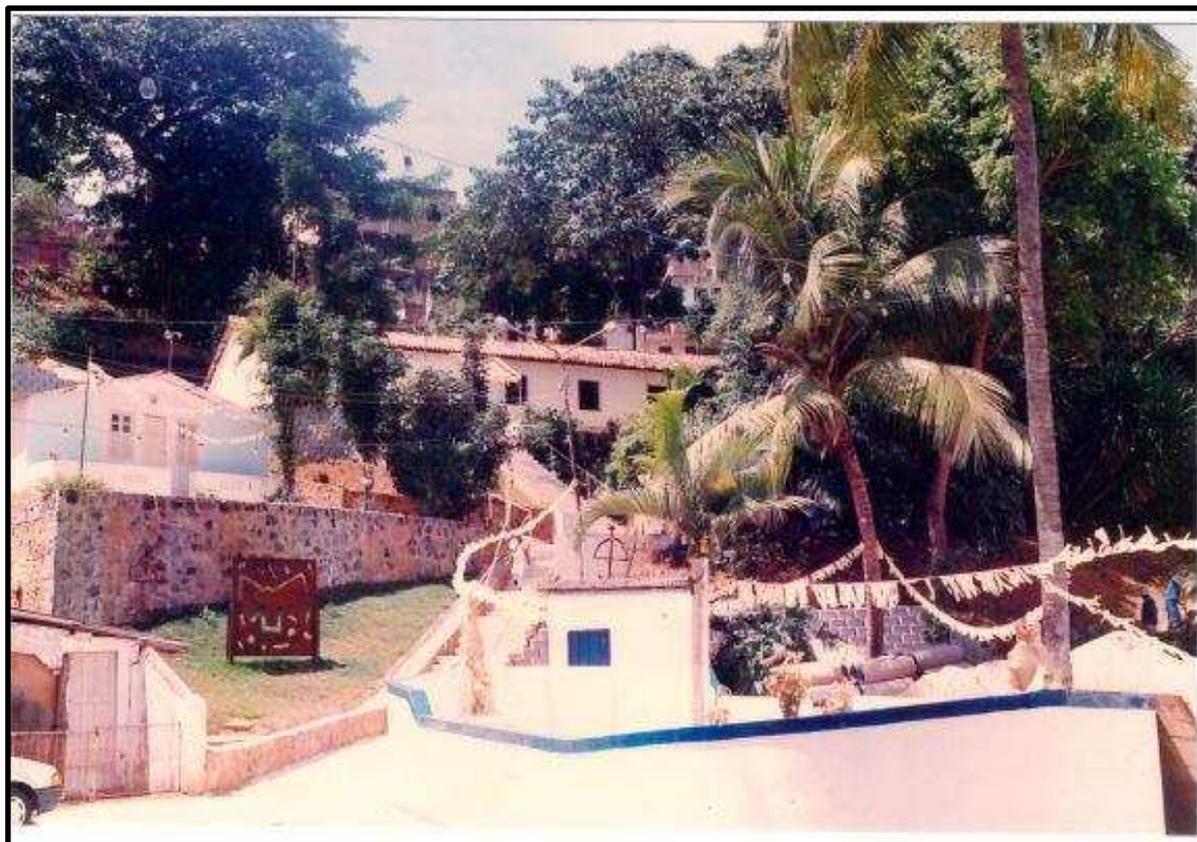
De acordo com o IPHAN,

(...) o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador (BA), foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1984. O tombamento inclui uma área de 6.800 metros quadrados (m²) com edificações, árvores e seus principais objetos sagrados. Segundo a tradição oral, por volta da primeira metade do século XIX, três africanas da nação Nagô fundaram um terreiro de Candomblé em uma roça nos fundos da Igreja da Barroquinha, em pleno centro da cidade. (...) Situado em terreno com declive, o terreiro possui uma edificação principal (a Casa Branca) que domina todo o sítio e centraliza o culto, com as diversas Casas de Santo (Ilê Orixá) distribuídas à sua volta, em meio à vegetação ritual (o Mato) com imensas árvores sagradas e outros assentamentos, além das habitações da comunidade local. Esta espacialidade não pode ser entendida separadamente dos ritos que aí se desenvolvem e, apesar de todas as mutilações e transformações sofridas pelo Terreiro ao longo do tempo, não foram descaracterizados, devido ao forte apego da comunidade às tradições. O simbolismo dos elementos componentes do conjunto e as características do culto devem determinar as diretrizes de sua preservação.” (IPHAN, 2022).

Na figura 01, pode-se ver a imagem da subida da escadaria do Terreiro, que liga o nível da rua, passando pelo Barco, local sagrado, até o Barracão, salão principal - e já no rastro das discussões decoloniais, dentro e fora da academia.

Com o centenário da abolição – meramente jurídica – sendo celebrado Brasil afora, a religiosidade afro-brasileira começou a entrar em questão no que tange às manifestações artísticas, no entanto as consequências sócio-históricas da forma como a abolição se deu permaneceram invisibilizadas. Concomitantemente, no entanto, novos focos de luta e resistência negra se organizaram com vistas a defender seus ideais e fortalecer a memória e a identidade coletiva desses povos.

Figura 1 - Terreiro da Casa Branca



FONTE: IPHAN, 2022. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/BA_Salvador/casabranca.jpg. Acessado em 11 de nov. 2022.

No contexto dessa ebulição de saberes e enunciados, podemos destacar a adoção do caráter permanente a dois grandes feitos museológicos da cidade de São Paulo: *A Mão Afro-brasileira*, organizada por Emanuel Araújo e Carlos Eugênio Marcondes Moura, realizada no Museu de Arte Moderna (MAM-SP) e *África Negra*, organizada por Lina Bo Bardi e Pierre Verger, e em exposição permanente no MASP – Museu de Arte de São Paulo.

A exposição de Bardi e Verger buscava evidenciar a estreita relação entre Brasil e África, reforçando a posição já bem conhecida de Verger no que se refere à aproximação cultural entre os dois territórios. A segunda mostra referida (de Emanuel Araújo e Carlos Moura), tinha por pressuposto evidenciar o protagonismo negro em todos os objetos expostos.

Pela primeira vez estavam sendo fincados em solo brasileiro programas expositivos duradouros advindos da cultura afro-brasileira. Araújo, após participar de inúmeras curadorias de arte afrodiaspórica, acaba permitindo que o contexto das obras operem metamorfoses na sua visão de mundo e, conseqüentemente, na forma como conduziu seu trabalho. Ao longo de sua trajetória curatorial, no entanto, podemos notar alguns anacronismos conceituais e arbitrariedades na escolha dos objetos e artistas a serem apresentados. Na ausência de tempo hábil para o melhor desenvolvimento desta pesquisa, não farei aqui um “inventário” das obras de Araújo expostas ao longo do tempo.

Analisei, no entanto, todas as suas exposições e pude notar uma tentativa de aproximação entre artistas e obras pouco relacionadas, mas elencadas sob rótulos semelhantes. Para Kabengele Munanga, é importante a definição de determinados postulados para que uma mostra possa ser considerada inclusiva e com atributos, de fato, “afro-brasileiros”, como *forma, estilo, simbolismo, temática e iconografia*. Não que todas as obras que se pretendem “afro-brasileiras” necessitem cumprir todos os demais critérios, mas é imprescindível, na visão de Munanga, que, ao menos dois ou três façam parte do conjunto final da obra.

Ao longo do tempo, Araújo confere à sua curadoria (em parceria com outros profissionais) um enfoque no campo de *Religiosidade*, orientado a partir da noção de patrimônio enquanto qualquer “herança do passado”, apresentando santos católicos negros, indumentárias do candomblé, elementos iconográficos de festejos populares negros e referências a irmandades católicas formadas por pessoas negras. Inserindo, ainda, artistas barrocos negros (como Aleijadinho) e seguindo a cartilha de Mario de Andrade, Araújo acabou por cair em um discurso de “mestiçagem” enquanto elemento fundador da “cultura brasileira”.

Buscando defender um processo de nacionalização através de objetos e símbolos raciais de origem afrodiaspórica, porém aberto à novas conformações, Araújo buscava espaços voltados para a discussão acerca do racismo institucional. O Museu Afro Brasil, idealizado e contando com sua organização, dispôs, originalmente, de mais de 1000 obras advindas de seu acervo pessoal, gerando uma confusão conceitual entre a questão do público e do privado no que se refere à preservação da cultura. Confusão esta evidenciada, sintomaticamente, no nome dado ao Museu quando de sua criação: *Museu Luso Afro Brasil*.

Quando lançada a exposição *Negro de Corpo e Alma*, Araújo declarou: “A exposição não questiona a pele do artista. É uma celebração do caráter sincrético do brasileiro. “Não queremos dizer que somos africanos. Brancos, negros e mestiços, somos brasileiros. Este é um país mestiço. (...) Isso tudo só posso chamar de o grande melê nacional”, emendou. (Folha de São Paulo, edição de 20 de novembro de 2001). Em sua qualidade de homem negro, esta era a concepção pessoal de Araújo acerca de sua curadoria. Não podemos negar que é uma concepção construída a partir de inúmeros atravessamentos sociais, raciais e afetivos, embora não constitua uma visão hegemônica do panorama decolonial nos dias de hoje. Araújo pretendia, segundo ele próprio, evidenciar a participação dos negros em todos os setores culturais, sem se distanciar do processo oposto – ressaltando também pelo historiador Luiz Antônio Simas, em inúmeras das suas obras: o lento e progressivo processo de africanização do território e da cultura brasileira, como um todo, incorporando o terreno das mentalidades ao cotidiano dos costumes, religiosidade, festejos, símbolos e língua falada.

Penso na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial⁷³

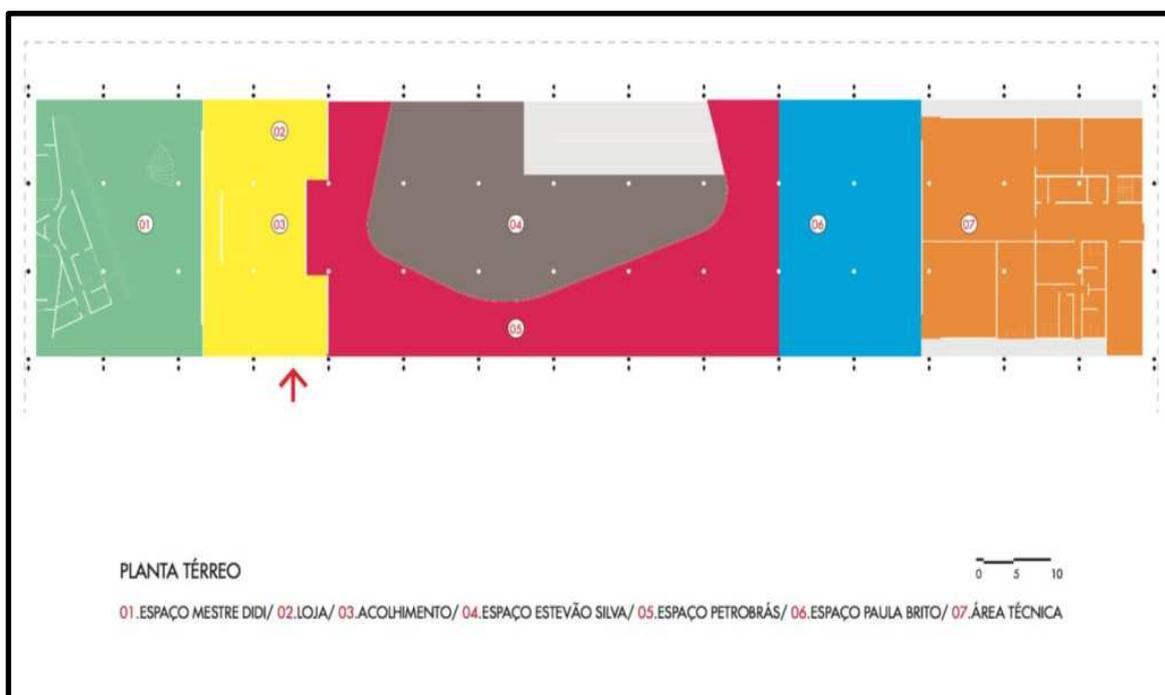
Criado em 2004 e trazendo uma sequência de exposições de Araújo durante vários anos, o Museu Afro Brasil dá por iniciadas suas atividades em um momento de grande efervescência cultural no Brasil e na África, com predominância da temática decolonial,

⁷³ (ARAÚJO, 2006)

mediante acontecimentos como a *Conferência Mundial sobre o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas conexas de Intolerância* – realizada na África do Sul em 2001.

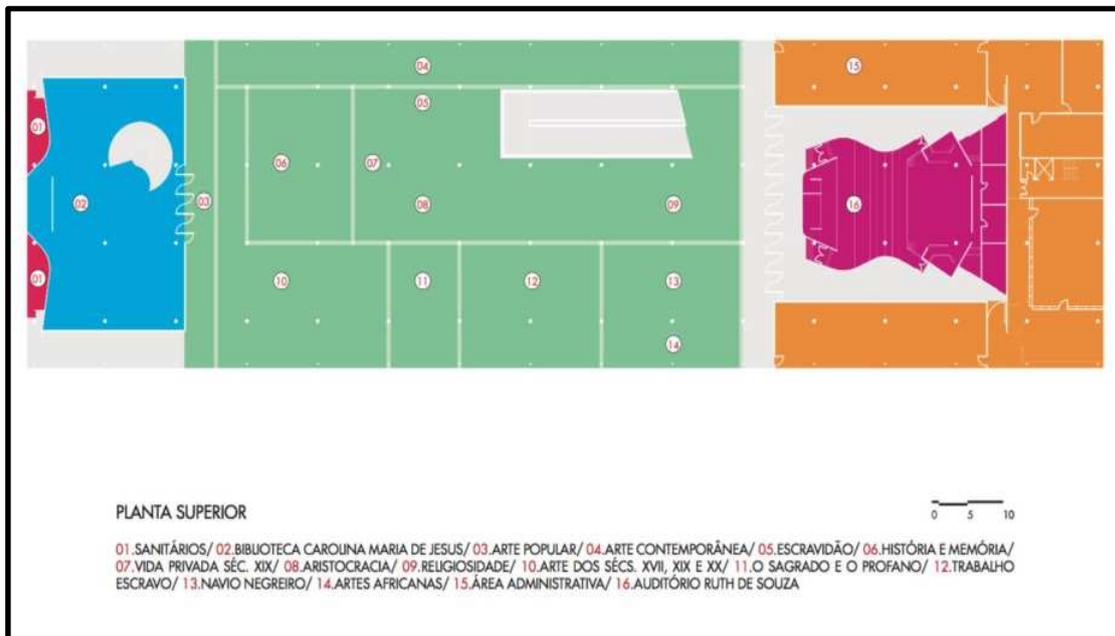
Alguns anos depois, em 2003, durante o primeiro mandato do Lula, temos a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), além de inúmeras outras políticas de inclusão racial e direitos civis dos povos negros no país. Nesse momento, Araújo define o MAB como um “museu diaspórico”, compreendendo as obras ali apresentadas como definidoras de uma relação íntima com a ancestralidade negra, porém, pertencentes a uma cultura dinâmica e que se metamorfoseia ao longo do tempo.

Figura 2 - Planta Pavimento Térreo Museu Afro Brasil



Fonte: INSTITUTO BRASILIANA, 2022. Disponível em: http://www.museubrasil.org/app/webroot/files/uploads/ckfinder/images/SP%20-%20Museu%20Afro%20Brasil/Captura%20de%20Tela%202018-04-05%20a%CC%80s%2022_52_30.png. Acessado em 11 nov. 2022.

Figura 3 - Planta Primeiro Pavimento Museu Afro Brasil



Fonte: INSTITUTO BRASILIANA. Disponível em: http://www.museubrasil.org/app/webroot/files/uploads/ckfinder/images/SP%20-%20Museu%20Afro%20Brasil/Captura%20de%20Tela%202018-04-05%20a%CC%80s%2022_52_47.png. Acessado em 11 de nov. 2022.

O Museu tem dois andares, como ilustrado nas figuras 02 e 03, sendo o primeiro andar destinado às exposições temporárias, o segundo destinado às exposições de longa duração, e encontra-se dividido da seguinte forma:

1. África: diversidade e permanência, com 548 obras;
2. Trabalho e Escravidão, com 341 obras;
3. Religiosidade afro-brasileira, com 1135 obras;
4. Sagrado e profano, com 444 obras;
5. História e Memória, com 46 obras; e
6. Artes Plásticas: a mão afro-brasileira, com 861 obras

Tal divisão, contudo, data de sua construção e nunca se pretendeu definitiva, além de contar com entrecruzamentos das categorias afins. As obras não seguem preceitos das divisões estéticas tradicionais e não obedecem a uma ordem cronológica, sendo repartidas de acordo com semelhanças regionais, autor e linguagens artísticas. Cores intensas e

contrastantes, bem como trajetórias incomuns no caminhar do Museu definem a estética de Araújo em sua curadoria. As exposições não tem início, nem fim e o espectador pode perambular pelo Museu de acordo com as suas disposições afetivas, não tendo um único espaço que não seja preenchido por alguma obra, criando movimento, dinamismo e se diferenciando do modelo estanque dos Museus tradicionais (com luzes direcionadas para as obras, que, por sua vez, ficam apartadas umas das outras, tendo pouca ou nenhuma relação estética com o “todo”).

O núcleo de *Religiosidade Afro-brasileira*, onde consta o nosso objeto – *Altar ao Rei Xangô do Reino de Oyó* – abriga indumentárias e instrumentos litúrgicos dos Orixás, bem como representações do culto de Egungun, fios de conta, fotos de Pierre Verger, gravuras de Carybé, esculturas de Caboclos, Encantados e Orixás. A sequência de obras tem início pelos objetos do Candomblé nagô (*Ketu*), passando pelo Culto a Egungun, pela Umbanda e terminando com objetos advindos do chamado “Catolicismo Popular”.

Figura 4 - Vista frontal da Instalação



FONTE: Acervo Pessoal do autor, 2018.

O *Altar ao Rei Xangô do Reino de Oyó*, representado na figura 04, é a peça que abre o circuito, inspirada no Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho. A execução é de Antônio Miranda, embora a curadoria seja de Emanuel Araújo. Como apresentado nas Considerações Iniciais, em uma visita técnica guiada por um dos educadores da casa, fui apresentado a uma passagem na qual a obra sofria interações constantes com os visitantes, também adeptos de Terreiros, e que reconheciam na obra um local de apreciação e devoção a Xangô, simultaneamente. Na obra eram depositadas moedas e cédulas; antigas e correntes; nacionais e estrangeiras.

Os visitantes, como mencionado, faziam suas oferendas em dinheiro aos pés de Xangô, como forma de manter um diálogo com o Orixá Iorubano que carrega, em si, significados de riqueza, prosperidade, abundância, opulência e todas as demais características de um rei exuberante e farto – traços de personalidade de Xangô e de seus descendentes, ainda hoje coroados reis em Oyó, sua cidade de culto originária. Os símbolos da realeza são facilmente percebidos na instalação, conforme ilustra a figura 05, onde está presente a coroa, que ocupa a parte superior da obra.

Figura 5 - Topo da Instalação: coroa do Rei Xangô



FONTE: Acervo Pessoal do autor, 2018.

O cenário lúdico atingido pela obra e, conseqüentemente, pela relação estabelecida entre ela e os adeptos de Terreiro que por ela passam, bem como a expressividade a partir da qual a obra se apresenta, já configuram um valor simbólico e cultural muito diverso daquele a que estamos acostumados a presenciar em museus com acervos, exposições e metodologias mais ortodoxas. Exposições como esta evidenciam o potencial de objetos que, para além da sua função estética e formal, disparam gatilhos inconscientes nos visitantes, rememorando questões íntimas constituintes de múltiplos processos de individuação. Considero tal experiência como um movimento produtor de sentido, possibilitando atravessamentos afetivos e construções subjetivas que transcendem os significados culturalmente atribuídos aos objetos.

Sobre a gestão dos Museus e a nossa especificidade teórica – a Metodologia da conservação-restauração – compreendo que uma grande parte dos objetos advindos de Culturas não-ocidentais possuem diretrizes de uso estabelecidas por seus detentores e, portanto, não acredito ser possível estabelecer padrões de guarda sem considerar a possibilidade de uma gestão consciente e compartilhada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como expresso na *Introdução*, o presente trabalho tem início, se desenvolve e se encerra na forma de um manifesto, algo como uma “*crítica à razão branca*”. Tomando um rumo avesso ao cartesianismo que, até os dias de hoje, se impõe no âmbito do pensamento, opto por seguir a lógica dos meus ancestrais: “Danço, logo existo”.

Se Nietzsche não poderia crer em um Deus que não soubesse dançar, penso que sua descrença não resistiria à religiosidade afro-brasileira, em todas as suas formas, cores e movimentos. Pés descalços na terra batida, saias esvoaçantes e a cultura codificada nos rostos e no movimento dos corpos de quem celebra sua ancestralidade dançante. Corpos políticos, religiosidades artísticas, mas vozes abafadas pelo ronco ensurdecedor da máquina capitalística, que captura memórias e se apropria de simbologias, afetos e sentidos.

Não tenho pretensões de realizar uma grande contribuição para o pensamento ou mesmo para a prática da conservação-restauração, visto que se trata de um trabalho de conclusão de curso de graduação. Acredito, contudo, na potência da coletividade e, somando forças com os grandes pensadores e profissionais aqui citados, vejo delinear-se um horizonte promissor para a autonomia dos saberes dissidentes, enquanto vozes consideradas nos processos de definição de metodologias de preservação patrimonial.

Os questionamentos levantados no decorrer da pesquisa obtiveram, mesmo que não sejam respostas objetivas ou resoluções aparentes, aludem aos novos percursos do campo da conservação-restauração, dos espaços de guarda e da gestão humanizada dos objetos culturais.

Sobre a gestão, que fala sobre a função de guarda e preservação por parte dos Museus, pudemos perceber que os relatos indicam a urgência de revisar os procedimentos de apreensão e interpretação dos objetos culturais e suas necessidades, levando em consideração seus diferentes contextos sociais e os interesses por parte de seus detentores.

Os axiomas tradicionais da conservação-restauração, sozinhos, talvez não sejam capazes de compreender a dimensão subjetiva dos objetos, devendo intensificar diálogos transdisciplinares e debates com a sociedade civil que detém, de fato, propriedade e interesse na continuidade dos objetos que conferem a eles identidade e contexto histórico.

Por fim, porém não menos importante, é necessário rever as bases de formação dos profissionais da preservação, sejam eles conservadores-restauradores ou não, uma vez que o tecnicismo exacerbado presente nos espaços dedicados ao tratamento dos objetos musealizados ainda impede o diálogo e participação da população e dos grupos dissidentes nas decisões e ações de preservação. Não existe interesse maior em perpetuar um legado do que daqueles que mantêm com determinado bem cultural intensa relação identitária, histórica e afetiva.

Finalizo esta pesquisa como quem dança, concluindo, enfim, que um descompasso pode se tornar ginga. Chego até aqui, após um imenso percurso de reflexão acerca da bibliografia analisada, dos pensamentos cruzados, da realidade sentida e do encontro realizado com a história e com os saberes de um povo.

Concluo, por fim, que não há razões teóricas e/ou técnicas para que a conservação-restauração não repense sua metodologia, de forma a abarcar de forma igualitária os saberes e os sentires das culturas detentoras dos bens a serem preservados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAUJO, Emanuel. “Introdução e Proposição”. In: _____ (org). **A mão afro-brasileira**. São Paulo: Tenenge, 1988a.

ARAUJO, Emanuel.. “Negro de Corpo e Alma”. In: AGUILAR, Nelson (org.) **Mostra do redescobrimento: Negro de corpo e alma**. Catálogo da exposição. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000.

ARAUJO, Emanuel.. (org.) **Museu Afro Brasil: um conceito em perspectiva**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2006a.

BENISTE, José. **Órun-Áyè: O Encontro de Dois Mundos**. Bertrand Brasil, 1997.

BOJANOSKI, S. F.; MICHELON, F. F.; BEVILACQUA, C.. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Calidoscópico**. v. 13, p. 443-454, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/viewFile/cld.2017.153.04/6329#:~:text=Conserva%C3%A7%C3%A3o%2FRestaura%C3%A7%C3%A3o%2C%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%2Drestaura%C3%A7%C3%A3o,mas%20que%20possuem%20suas%20especificidades.&text=min%C3%BAscula%20%E2%80%93%2C%20usada%20para%20designar%20de%20uma%20%C3%A1rea%20do%20conhecimento.>>. Acessado em 17 nov. 2020.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 378, De 13 De Janeiro De 1937**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 11 nov 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.809, De 23 De Novembro De 1940**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2809-23-novembro-1940-412720-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 11 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Pesquisador do MAST ministra curso sobre Biodeterioração do Patrimônio Cultural. **MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS**. Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação. Brasília, 2015. Publicado em 07/04/2015 10h16 Atualizado em 11/03/2022 11h11. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2015/abril/pesquisador-do-mast-ministra-curso-sobre-biodeterioracao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em 10 out. 2017.

BRUST, Wesley Araujo. **Um ensino de filosofia descolonizador: Nem Racionalista, Nem Conteudista**. RIO DE JANEIRO: UNIRIO, 2017. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/WESLEYAUGUSTOBRUST.pdf>>. Acessado em 20 nov. 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Veneta, 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR. 2005. Disponível em:
<<https://www.arcoit.com.br/wp/wp-content/uploads/2018/04/CODIGO-DE-ETICA.pdf>>.
Acessado em 18 nov. 2020.

CORREA, Silvio M.S. História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano. **Revista Brasileira de História**. n. 31(61) p.85-103.
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/prrLk7Krxgxn8QsD5GPx5nq/?lang=pt>.

DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. In: DOHMANN, Marcus et al (org.). **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

DOHMANN, Marcus. **Coleções de objetos: memória tangível da cultura material**. Artigo. 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Zahar, 2022.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Zahar, 2022.

GONZÁLES-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas**. Madri: Ediciones Cátedra, 2000.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.22, n.2, jul./dez. 1997.

INSTITUTO BRASILIANA. **Museu Afro Brasil**. São Paulo. 2022. Disponível em:
<<http://www.museubrasil.org/pt/museu/museu-afro-brasil>>. Acessado em 11 de no. 2022.

INSTITUTO BRASILIANA, 2022. Disponível em:
<http://www.museubrasil.org/app/webroot/files/uploads/ckfinder/images/SP%20-%20Museu%20Afro%20Brasil/Captura%20de%20Tela%202018-04-05%20a%CC%80s%2022_52_30.png>. Acessado em 11 nov. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. Carta de Veneza. Veneza: **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos**. 1964.
Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>.
Acessado em 11 nov. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. **Carta de Burra**. Burra. 1980. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>.
Acessado em 11 de nov. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. **Carta de Florença**. Florença. 1981. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>>. Acessado em 11 de nov. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **About ICOM**. 2019. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/44/about/about-icom/#.X7RbwmhKjIU>>. Acessado em 17 nov 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS – COMMITTEE FOR CONSERVATION. **About ICOM-CC**. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/15/about/#.X7VAA2hKjIU>>. Acessado em 18 nov. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS – COMMITTEE FOR CONSERVATION. **Conservation: who, what & why? Conservator**. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/330/about-icom-cc/what-is-conservation/conservation:-who,-what-amp;-why/#.X7VHNGhKjIV>>. Acessado em 18 nov. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS – COMMITTEE FOR CONSERVATION. **Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage**. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/242/about/terminology-for-conservation/#.X7VGcGhKjIU>>. Acessado em 18 nov. 2020.

IPHAN. **Carta de Atenas**. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO NACIONAL, DF:. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acessado em 11 nov. 2022.

IPHAN. **Terreiro Casa Branca do Engenho Velho - Salvador (BA)**. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO NACIONAL. Salvador, 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1636/>>. Acessado em 11 nov. 2022.

IPHAN, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/BA_Salvador/casabranca.jpg>. Acessado em 11 de nov. 2022.

ITÁLIA. **Carta do Restauro**. 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>>. Acessado em 11 de nov. 2022.

KOHAN, Walter Omar; SALES, Luiz Fernando Reis. O que nos fazem pensar os candomblés quando pensamos, hoje, no ensino de filosofia no Brasil? **O que nos faz pensar – Revista de Filosofia**. [S.l.], v. 28, n. 44, p. 38-60, July 2019. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/657>>. Acesso em 20 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.32334/oqnf.2019n44a657>.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **Revista CPC**, vol. 1. Nº 1. São Paulo: CPC. 2005. Disponível em: <<http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo.%20texto%203.pdf>>. Acessado em 08 maio 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar.. A Restauração como campo disciplinar autônomo. **Anais do Museu Histórico Nacional**. v.40, p.351-373, 2008.

LEITE, Rodrigo. **Tombamento: Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Salvador: JusPODIVM. P.21-31, 2011. Disponível em: <<https://d24kgseos9bn1o.cloudfront.net/editorajuspodivm/arquivos/tombamento%20paginas%20soltas%2021%20a%2031.pdf>>. Acessado em 11 nov. 2022.

MARTINS, André Ferrer Pinto. **Concepções de estudantes acerca do conceito de tempo: uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2004. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30112004-183841/publico/04capitulo2.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Antígona, 2014.

MOREIRA, Catarine de Nazaré Aquino. **O ofício do conservador-restaurador: concepções de patrimônio e transformações desde 1937.** 2012. 75 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento.** Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos.** Autêntica, 2019.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Pesquisador do MAST ministra curso sobre Biodeterioração do Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro: MAST. 2017. Disponível em: <<http://portal.mast.br/pt-br/ultimas-noticias/pesquisador-do-mast-ministra-curso-sobre-biodeterioracao-do-patrimonio-cultural.html>>. Acessado em 17 nov. 2020.

MUSEU AFROBRASIL. **Arte e religiosidade afro-brasileira.** São Paulo. Publicado em: 04 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/visite/roteiros-de-visita/2017/09/04/arte-e-religiosidade-afro-brasileira>>. Acessado em 22 nov. 2020.

MUSEU AFROBRASIL. **Emanuel Araújo.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/emanoel-araujo>>. Acessado em 22 nov. 2020.

MUSEU AFROBRASIL.. **Missão, Visão e Valores.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores>>. Acessado em 22 nov. 2020.

MUSEU AFROBRASIL. **Plano museológico 2016.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/docs/default-source/docs-admin/plano-museol%C3%B3gico-associa%C3%A7%C3%A3o-museu-afro-brasil.pdf?sfvrsn=0>>. Acessado em 11 nov. 2022.

MUSEU AFROBRASIL.. **Roteiros de visitas temáticas: Exposição de Longa duração – Arte e religiosidade afro-brasileira.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/visite/roteiros-de-visita/2017/09/04/arte-e-religiosidade-afro-brasileira>>. Acessado em 22 nov. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. Cultura e Estética no Museu de Arte Negra. **Revista Galeria de Arte Moderna.** Rio de Janeiro 1968.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Perspectiva, São Paulo, 2016.

NETO, Hélio Santos Menezes. [Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira](#). Dissertação de Mestrado.– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07082018-164253/publico/2018_HelioSantosMenezesNeto_VCorr.pdf>. Acessado em 22 nov. 2020.

NOGUEIRA, Maria Inês; CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. A orientalização do Ocidente como superfície de emergência de novos paradigmas em saúde. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 841-861, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300009>. Acessado em 20 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Recomendação Paris de Obras Públicas e Privadas**. 1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acessado em 11 nov. 2022.

PAZ, Daniel Juracy Mellado. DA IMPORTÂNCIA DO PORMENOR: Aloïs Riegl e a Cultura Alemã. In: **ARQUIMEMÓRIA**. SALVADOR, v. 1, n. 1, p. 1-47, dez./2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32969/1/Da%20Import%C3%A2ncia%20do%20Pormenor%20-%20Alois%20Riegl%20e%20a%20Cultura%20Alem%C3%A3.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PONTES, Katuscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03**. 2017. 93f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kati%C3%BAscia_ribeiro_-_dissertac%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>. Acessado em 20 nov. 2020.

RAMOSE, M. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Tradução de Rafael Medina Lopes, Roberta Ribeiro, Cassiano Dirce, Eleonora Nigro Solis. Rio de Janeiro: Ensaios Filosóficos, v. IV – outubro 2011, 2011. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf>. Acessado em 19 nov. 2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>. Acessado em 11 nov. 2022.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel – 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANT’ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. Ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf(1).pdf)>. Acessado em 14 abr. 2021

SANTOS, Bruna Amaro dos. **Museu-Terreiro: O Sagrado Afro-Brasileiro em um ambiente museológico.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte. São Paulo: USP. 2018. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-29112018-120713/publico/2018_BrunaAmaroDosSantos_VOrig.pdf>. Acessado em 22 nov. 2020.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte.** Editora Vozes, 2012.

SANTOS, Rodrigo dos. A Experiência do Teatro Negro e a Ideia de um Teatro de Nação através do Baraperspectivismo. **Revista Calundu**, 4(2), 26. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/issue/view/2103/523>>. Acessado em 14 abr. 2021.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo; PEIXOTO, Graziela Domini. **O que as folhas Cantam: para quem canta folha.** Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2014.

SERRA, Ordep. **Terreiro da Casa Branca: patrimônio do Brasil**, 2008, Salvador. Disponível em:

<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_info.php?idVerbete=1594&idMaisInfo=149>. Acessado em 11 de nov. 2022.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Corpo Encantado das Ruas.** Civilização Brasileira, 2019.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Recomendação Paris Paisagens e Sítios.** Paris: Escritório Internacional dos Museus. 1962. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acessado em 11 nov. 2022.

SODRÉ, Muniz. **O Pensar Nagô.** Editora Vozes, 2017.

SOUZA, Geisa Alchorne de; SÁ, Ivan Coelho de. Arte Contemporânea e sua Conservação: revisitando Brandi e Viñas. **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 5-22, out./2015.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64409/62332>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WALDOW, Vera Regina; BORGES, Rosália Figueiró. Cuidar e humanizar: relações e significados. *Acta paul. enferm.* v. 24, n. 3, São Paulo 2011. Disponível em:

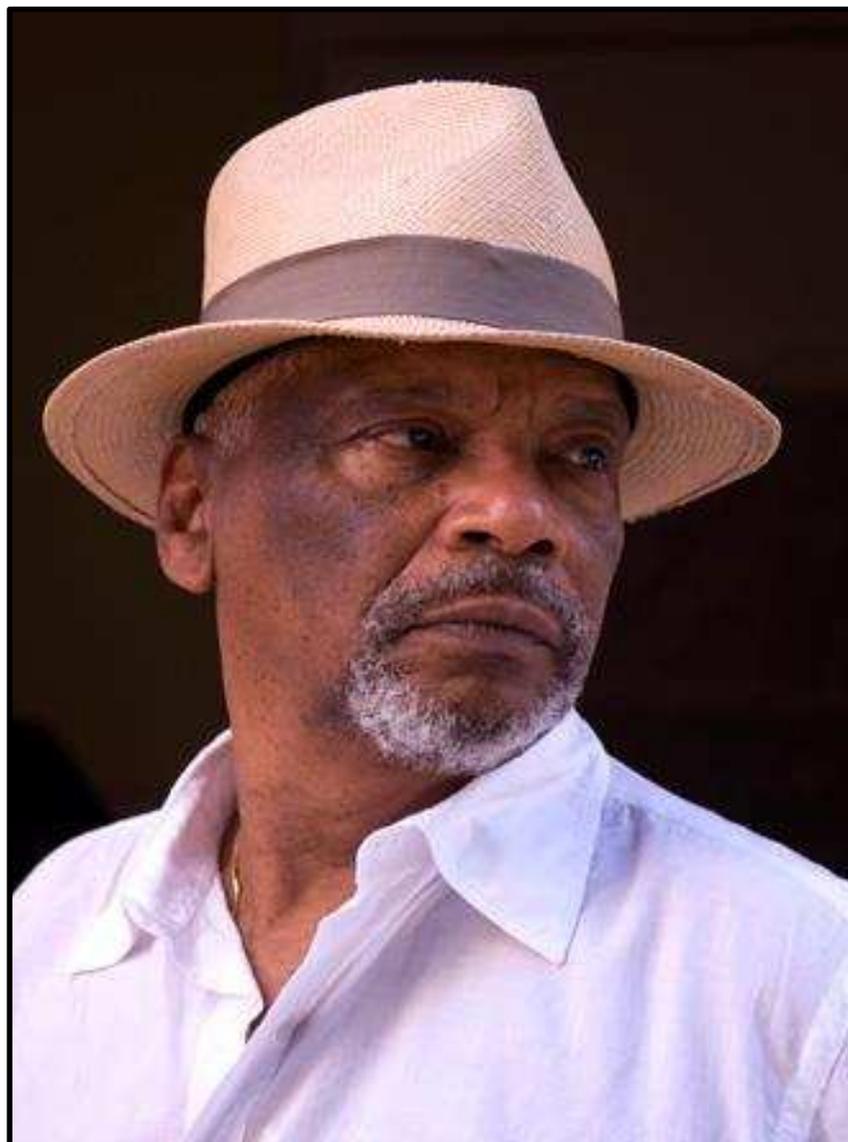
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002011000300017>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ZANATTA, Eliane Marchesini. **Subjetividade e Objetividade: As decisões nos processos de conservação e restauração.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio Rio de Janeiro, 2017. xix ; 355f. : Il. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11779/eliane_marchesini_zanatta.pdf?sequence=1>. Acessado em: 26 fev. 2021.



ANEXOS

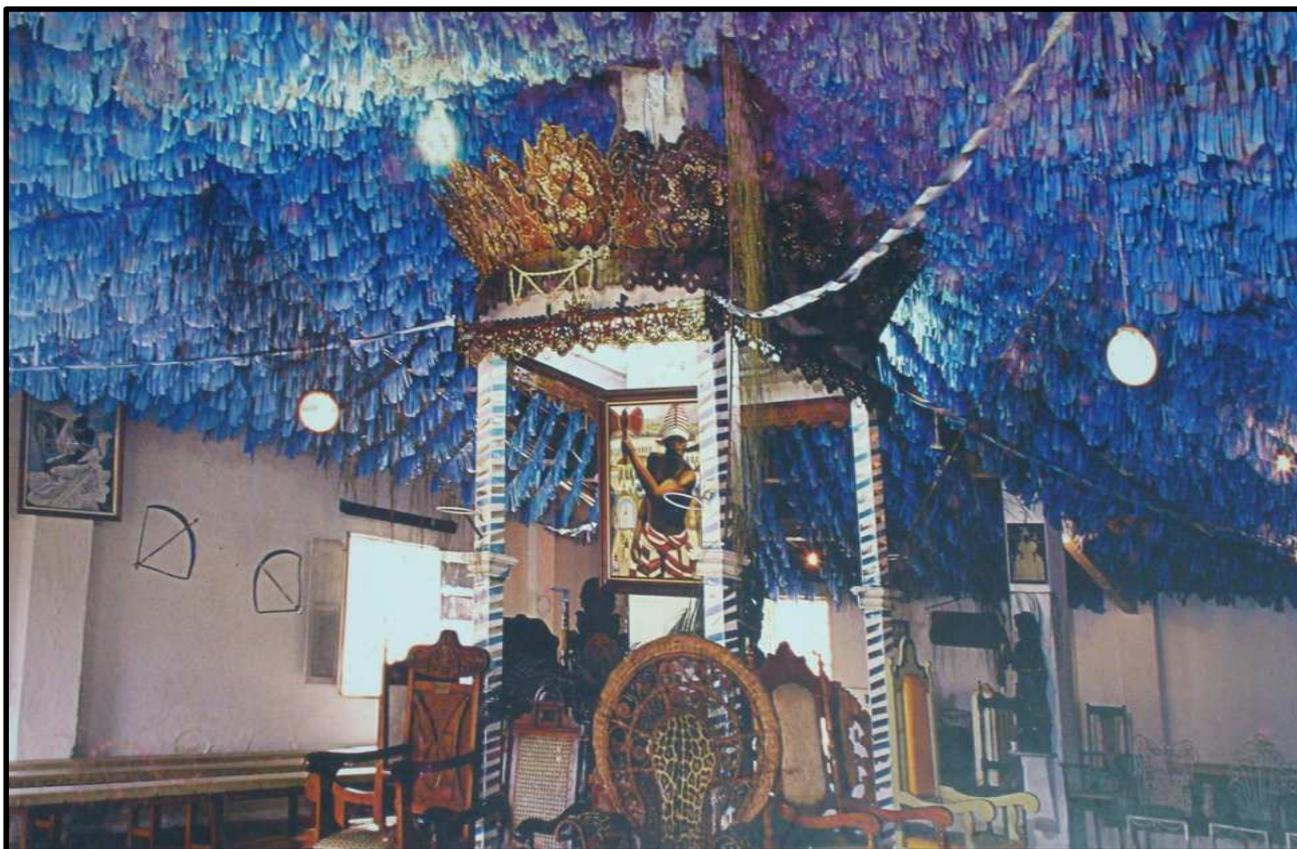
Figura 6 - Emanuel Araujo



LEGENDA: Fundador, Diretor e Curador do Museu Afro Brasil até o momento de seu falecimento em setembro de 2022.

FONTE: Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/images/default-source/Emanuel-Araujo/emanuel-araujo.png?sfvrsn=2>>. Acessado em 11 de nov. 2022.

Figura 7 - Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, Salvador



LEGENDA: Poste central adornado com coroa similar à da instalação Altar para o Rei Xangô de Oyó

FONTE: Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e5/II%C3%A9_Ax%C3%A9_Iya_Nass%C3%B4_Ok%C3%A1_Casa_Branca.JPG/300px-II%C3%A9_Ax%C3%A9_Iya_Nass%C3%B4_Ok%C3%A1_Casa_Branca.JPG>. Acessado em 11 de nov. 2022.

Figura 8 - Rampa de acesso ao primeiro pavimento do Museu AfroBrasil



LEGENDA: local da exposição de Longa Duração do museu, conseqüentemente onde se encontra circuito de Religiosidade, reduto do objeto de interesse.

FONTE: Disponível em: <https://parqueibirapuera.org/wp/wp-content/uploads/2013/02/178909_428466837186228_2056963363_n.jpg>. Acessado em 11 de nov. 2022.

Figura 9 - Registro etnográfico do antropólogo francês Pierre Verger



LEGENDA: Na imagem manifestações do Orixá Xangô em membros do Terreiro; é possível notar semelhanças entre os símbolos presentes no Altar e os elementos indumentários das vestes do referido Orixá.

FONTE: Disponível em: <<https://paulodarzegaleria.com.br/wp-content/uploads/2018/07/PIE0000000194.jpg>>. Acessado em 11 de nov. 2022.

Figura 10 - Detalhe da instalação Altar ao Rei Xangô de Oyó



LEGENDA: Na foto podemos perceber símbolos característico do referido Orixá: Machados de duas lâminas, contas de miçanga, adornos dourados, predominâncias de cores vermelhas e terracota, *xére* (chocalho ritual, podendo ser metálico, de madeira ou outros materiais; dedicado à Xangô).

FONTE: Acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 11 - Detalhe da instalação Altar ao Rei Xangô de Oyó



LEGENDA: Na foto, agora por ângulo traseiro, podemos perceber a presença de um suporte de madeira, onde está posto o assentamento cênico de Xangô, devidamente adornado com laços e outros elementos votivos e decorativos.

FONTE: Acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 12 - Vista completa da instalação Altar do Rei Xangô de Oyó



FONTE: Acervo pessoal do autor, 2018.